



## **Sindicato Nacional dos Professores Licenciados pelos Politécnicos e Universidades**

### **LEGISLAÇÃO GERAL SOBRE EDUCAÇÃO**

(Atualização até 30 de junho de 2018)

*Compilação e Revisão - Dr. António Mateus Roque (advogado) – Direitos Reservados*

#### **Índice**

- LEI DE BASES DO SISTEMA EDUCATIVO
- ESTATUTO DA CARREIRA DOCENTE (ECD)
- AUTONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO
- CARREIRA DOCENTE
- AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
- FORMAÇÃO CONTÍNUA
- ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES DOCENTES
- REMUNERAÇÕES
- RECLASSIFICAÇÃO E RECONVERSÃO DA CARREIRA / DISPENSA DA COMPONENTE LETIVA
- PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
- APOIOS EDUCATIVOS / ENSINO ESPECIAL
- PLANOS CURRICULARES DOS ENSINOS BÁSICOS E SECUNDÁRIO
- ESTATUTO DO ALUNO DO ENSINO PÚBLICO
- MATRÍCULAS – DISTRIBUIÇÃO DE CRIANÇAS E ALUNOS – PERÍODO DE FUNCIONAMENTO
- AVALIAÇÃO DE ALUNOS DO ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO / EXAMES
- CONCURSOS
- MOBILIDADE
- CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES
- LEI GERAL DO TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS
- CÓDIGO DO TRABALHO
- FÉRIAS, FALTAS E LICENÇAS
- EQUIPARAÇÃO A BOLSEIRO
- LICENÇA SABÁTICA
- PROFISSIONALIZAÇÃO, ESTÁGIOS DO RAMO DE FORMAÇÃO EDUCACIONAL E DAS LICENCIATURAS EM ENSINO
- APOSENTAÇÃO
- REGIME DE PROTEÇÃO SOCIAL / CONVERGÊNCIA / SEGURANÇA SOCIAL
- ADSE
- EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E 1º CICLO
- ENSINO ARTÍSTICO
- ENSINO SECUNDÁRIO
- ENSINO PROFISSIONAL
- ENSINO PARTICULAR E COOPERATIVO
- ENSINO SUPERIOR – UNIVERSITÁRIO E POLITÉCNICO
- ENSINO SUPERIOR PARTICULAR E COOPERATIVO
- I.P.S.S. - INSTITUIÇÕES PRIVADAS DE SOLIDARIEDADE SOCIAL
- ENSINO DE PORTUGUÊS NO ESTRANGEIRO (EPE)
- HABILITAÇÕES PARA A DOCÊNCIA
- RECONHECIMENTO DE HABILITAÇÕES CONFERIDAS POR DIPLOMAS ESTRANGEIROS
- ESTATUTO DISCIPLINAR
- DIREITOS SINDICAIS / GREVE
- DIVERSOS

## **LEI DE BASES DO SISTEMA EDUCATIVO**

Lei n.º 46/86, de 14/10 (*aprovação*)

Lei n.º 115/97, de 19/09 (*alteração*)

Lei n.º 49/2005, de 30/08 (*alteração e republicação*)

Lei n.º 85/2009, de 27/08 (*alargamento da idade de cumprimento da escolaridade obrigatória até aos 18 anos e consagrar a universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos cinco anos de idade – altera Lei de Bases do Sistema Educativo*)

Lei n.º 65/2015, de 3/07 (*1ª alteração à Lei n.º 85/2009, estabelecendo a universalidade da educação pré-escolar para crianças a partir dos 4 anos de idade*)

## **ESTATUTO DA CARREIRA DOCENTE (ECD)**

Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28/04 (*aprovação*)

Decreto-Lei n.º 105/97, de 29/04 (*alteração*)

Decreto-Lei n.º 1/98, de 2/01 (*alteração*)

Decreto-Lei n.º 35/2003, de 17/02 (*alteração*)

Decreto-Lei n.º 121/2005, de 26/07 (*alteração*)

Decreto-Lei n.º 229/2005, de 29/12 (*alteração*)

Decreto-Lei n.º 224/2006, de 13/11 (*alteração*)

Decreto-Lei n.º 15/2007, de 19/01 (*alteração e republicação*)

Decreto-Lei n.º 35/2007, de 15/02 (*alteração*)

Decreto-Lei n.º 270/2009, de 30/09 (*alteração e republicação*)

Decreto-Lei n.º 75/2010, de 23/06 (*alteração ao ECD*)

Decreto-Lei n.º 41/2012, de 21/02 (*11ª alteração ao ECD e republicação*)

Decreto-Lei n.º 146/2013, de 22/10 (*12ª alteração ao ECD*)

Lei n.º 80/2013, de 28/11 (*13ª alteração ao ECD*)

Lei n.º 7/2014, de 12/02 (*1ª alteração ao DL n.º 136/2013 que procedeu à 12ª alteração ao ECD*)

Lei n.º 12/2016, de 28/04 (*Elimina a requalificação de docentes, procedendo à 14ª alteração ao ECD*)

Lei n.º 16/2016, de 17/06 (*Revoga a prova de avaliação de conhecimentos e capacidades, procedendo à 15ª alteração ao ECD e revoga o DL n.º 143/2013*)

Açores - Estatuto da Carreira Docente e outros

Decreto Legislativo Regional n.º 15/2006/A, de 7/04 (*Regime jurídico da educação especial e do apoio educativo*)

Decreto Legislativo Regional n.º 21/2007/A, de 30/08 (*aprovação do Estatuto da Carreira Docente*)

Decreto Legislativo Regional n.º 4/2009/A, de 20/04 (*alteração e republicação*)

Lei n.º 23/2009, de 21/05 (*Garantia de intercomunicabilidade entre os docentes provenientes das Regiões Autónomas com o restante território nacional*)

Decreto Regulamentar Regional n.º 17/2011/A, de 2/08 (*Estabelece o conjunto de competências-chave e aprova o referencial curricular para a educação básica na Região Autónoma dos Açores*)

Decreto Legislativo Regional n.º 32/2011/A, de 24/11 (*Aprova o Estatuto do Aluno dos Ensinos Básico e Secundário*)

Decreto Legislativo Regional n.º 22/2012/A, de 30/05 (*Regulamento de Concurso*)

Declaração de Retificação n.º 39/2012, de 24/07 (*retifica o DLR n.º 22/2012/A – Concurso*)

Decreto Legislativo Regional n.º 11/2013/A, de 22/08 (*altera e republica o Estatuto do Ensino Particular, Cooperativo e Solidário, aprovado pelo DLR n.º 26/2005/A*)

Decreto Legislativo Regional n.º 12/2013/A, de 23/08 (*Aprova o Estatuto do Aluno dos Ensinos Básico e Secundário – Revoga o Decreto Legislativo Regional n.º 32/2011/A*)

Decreto Legislativo Regional n.º 8/2014/A, de 23/06 (*Regime de integração excepcional de docentes contratados mediante concurso interno e externo extraordinário em 2014, 2015 e 2016*)

Decreto Legislativo Regional n.º 23/2014/A, de 28/11 (*Índices remuneratórios do pessoal docente contratado*)

Decreto Legislativo Regional n.º 17/2015/A, de 22/06 (*1ª alteração e republicação do Decreto Legislativo Regional n.º 15/2006/A*)

Decreto Legislativo Regional n.º 25/2015/A, de 17/12 (*Altera o Estatuto da Carreira Docente da Região Autónoma dos Açores aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 21/2007/A*)

Lei n.º 7/2016, de 17/03 (*Majoração da proteção social na maternidade, paternidade e adoção para os residentes nas regiões autónomas*)

Decreto Regulamentar Regional n.º 8/2016/A, de 28/07 (*Regulamenta os sistemas de avaliação do desempenho do pessoal docente e dos órgãos executivos*)

Decreto Regulamentar Regional n.º 2/2017/A, de 11/04 (*Altera e republica o DLR n.º 22/2012/A – Regulamento de Concurso do Pessoal Docente da Educação Pré-Escolar e Ensinos Básico e Secundário*)

Decreto Regulamentar Regional n.º 6/2018/A, de 8/05 (*Regulamenta o procedimento para assistência jurídica ao pessoal docente da educação pré-escolar e dos ensinos básicos e secundário*)

Madeira - Estatuto da Carreira Docente e outros

Decreto Legislativo Regional n.º 6/2008/M, de 25/02 (*aprovação*)

Decreto Regulamentar Regional n.º 4/2009/M, de 9/03 (*Regime de dispensa do cumprimento da componente letiva ao pessoal docente*)

Lei n.º 23/2009, de 21/05 (*Garantia de intercomunicabilidade entre os docentes provenientes das Regiões Autónomas com o restante território nacional*)

Decreto Legislativo Regional n.º 14/2009/M, de 8/06 (*Regula o concurso para seleção e recrutamento de pessoal docente da educação pré-escolar, dos ensinos básico e secundário e do pessoal docente especializado em educação e ensino especial da Região Autónoma da Madeira*)

Decreto Legislativo Regional n.º 33/2009/M, de 31/12 (*Regime jurídico da educação especial, transição para a vida adulta e reabilitação das pessoas com deficiência ou incapacidade na Região Autónoma da Madeira*)

Decreto Legislativo Regional n.º 17/2010/M, de 18/08 (*Altera o Estatuto da Carreira Docente da Região Autónoma da Madeira, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 6/2008/M*)

Decreto Legislativo Regional n.º 15/2011/M, de 10/08 (*Aprova o Estatuto de Educação e Ensino Privado da Região Autónoma da Madeira*)

Decreto Legislativo Regional n.º 20/2012/M, de 20/08 (*2ª alteração ao Estatuto da Carreira Docente da Região Autónoma da Madeira, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 6/2008/M*)

Decreto Legislativo Regional n.º 21/2013/M, de 25/06 (*aprova o estatuto do aluno e ética escolar da região autónoma da Madeira*)

Decreto Legislativo Regional n.º 22/2013/M, de 25/06 (*Estabelece um regime excecional para a seleção e recrutamento de pessoal docente da educação, dos ensinos básico e secundário e do pessoal docente especializado em educação e ensino especial na Região Autónoma da Madeira - Revogado*)

Decreto Legislativo Regional n.º 25/2013/M, de 17/07 (*Regula o concurso para seleção e recrutamento de pessoal docente da educação pré-escolar, dos ensinos básico e secundário e do pessoal docente especializado em educação e ensino especial da Região Autónoma da Madeira – Revoga o Decreto Legislativo Regional n.º 14/2009/M – Revogado*)

Decreto Legislativo Regional n.º 7/2014/M, de 25/07 (*altera Decreto Legislativo Regional n.º 25/2013/M – concursos*)

Decreto Legislativo Regional n.º 5/2015/M, de 10/07 (*altera Decreto Legislativo Regional n.º 25/2013/M – concursos*)

Lei n.º 7/2016, de 17/03 (*Majoração da proteção social na maternidade, paternidade e adoção para os residentes nas regiões autónomas*)

Decreto Legislativo Regional n.º 28/2016/M, de 15/07 (*Regula o concurso para seleção e recrutamento de pessoal docente da educação pré-escolar, dos ensinos básico e secundário e do pessoal docente especializado em educação e ensino especial da Região Autónoma da Madeira – Revoga os Decretos Legislativos Regionais n.ºs 22/2013/M, 25/2013/M*)

Decreto Legislativo Regional n.º 7/2018/M, de 17/04 (*3ª alteração ao ECD da Madeira*)

Decreto Legislativo Regional n.º 9/2018/M, de 29/06 (*1ª alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 28/2016/M - concurso para seleção e recrutamento de pessoal docente*)

## **AUTONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO**

Decreto-Lei n.º 43/89, de 8/02 (*Regime Jurídico da Autonomia das Escolas*)

Decreto-Lei n.º 387/90, de 10/12 (*Tipologia das Escolas – alterado pelos DL n.ºs 314/97, de 15/11, e 299/2007, de 22/08*)

Despacho n.º 493/2006, de 21/06 (*bibliotecas escolares*)

Lei n.º 47/2006, de 28/08 (*define o regime de avaliação, certificação e adoção dos manuais escolares dos ensinos básico e secundário, bem como os princípios e objetivos a que deve obedecer o apoio sócio-educativo relativamente à aquisição e ao empréstimo de manuais escolares*)

Despacho n.º 19575/2006, de 25/09 (*programa de enriquecimento curricular no 1º ciclo*)

Decreto-Lei n.º 213/2006, de 27/10 (*Lei Orgânica do ME*)

Despacho n.º 222/2007, de 05/01 (*Programa dos Territórios Educativos de Intervenção Prioritária*)

Decreto-Lei n.º 41/2007, de 21/02 (*Programa de Modernização do Parque Escolar destinado ao Ensino Secundário*)

Decreto Regulamentar n.º 32/2007, de 29/03 (*Conselho de Escolas*)  
Decreto-Lei n.º 261/2007, de 17/07 (*Manuais escolares – regulamenta a Lei n.º 47/2006*)  
Resolução do Conselho de Ministros n.º 137/2007, de 18/09 (*Plano Tecnológico da Educação*)  
Portaria n.º 1260/2007, de 26/09 (*Contrato de Autonomia das escolas em regime de experiência pedagógica*)  
Despacho n.º 143/2008, de 3/01 (*Regulamenta o Plano Tecnológico da Educação PTE*)  
Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22/04 (*Aprova o novo regime de autonomia administração e gestão da escola pública*)  
Portaria n.º 604/2008, de 9/07 (*Procedimento concursal prévio à eleição do Diretor – DL n.º 75/2008 – Revogada pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2/07*)  
Despacho n.º 19308/2008, de 21/07 (*Distribuição do serviço docente do 2ª ciclo nas áreas curriculares*)  
Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28/07 (*Transferência de competências para os municípios em matéria de educação*)  
Despacho Normativo n.º 55/2008, de 23/10 (*Normas orientadoras para a constituição de territórios educativos de intervenção prioritária de 2ª geração*).  
Despacho n.º 700/2009, de 9/01 (*Altera e republica o PTE - Despacho n.º 143/2008*)  
Despacho n.º 8065/2009, de 20/03 (*Identificação das escolas prioritárias – Programa territórios educativos de intervenção prioritária - TEIP2 - Despacho Normativo n.º 55/2008*)  
Despacho n.º 9744/2009, de 8/04 (*Redução da componente letiva pelo exercício dos cargos previstos no DL n.º 75/2008*)  
Despacho n.º 16551/2009, de 21/07 (*critérios para constituição das assessorias ao diretor*)  
Decreto-Lei n.º 224/2009, de 11/09 (*altera DL 75/2008 - regime da autonomia*)  
Despacho n.º 12955/2010, de 11/08 (*Reordenamento escolar – constituição da comissão administrativa provisória – eleição e designação dos órgãos do agrupamento - Revogado pelo Despacho n.º 5634-F/2012, de 26/04*)  
Despacho n.º 13571/2010, 24/08 (*Assessoria técnico-pedagógica à comissão administrativa provisória*)  
Portaria n.º 1181/2010, de 16/11 (*Procedimentos de criação, alteração e extinção de agrupamentos de escolas e de estabelecimentos da educação pré-escolar, do ensino básico e secundário da rede pública do ME*)  
Despacho n.º 18064/2010, de 3/12 (*Fixa o n.º de adjuntos dos diretores dos agrupamentos de escolas - Revogado pelo Despacho Normativo n.º 13-A/2012, de 5/06*)  
Despacho n.º 4463/2011, de 11/03 (*Procedimentos e clarificação do papel dos agentes envolvidos nas agregações de agrupamentos de escolas*)  
Declaração de Retificação n.º 1881/2010, de 14/09 (*retifica o Despacho n.º 11120-B/2010*)  
Despacho n.º 5328/2011, de 28/03 (*organização e distribuição das funções docentes letivas e não letivas - revogou o Despacho n.º 13599/2006, com as alterações introduzidas pelos Despachos n.ºs 17860/2007, de 13/08, 19117/2008, de 17/07, 32047/2008, de 16/12, e 11120-B/2010, de 6/07 – Revogado pelo Despacho Normativo n.º 13-A/2012, de 5/06*)  
Despacho n.º 6916/2011, de 4/05 (*Créditos de tempos letivos a atribuir ao programa de desporto escolar e define a regulamentação dos grupos-equipa nas atividades do desporto escolar*)  
Despacho n.º 5904/2010, de 5/04 (*Lista de escolas que integram a fase 4 do programa de modernização de escolas*)  
Despacho n.º 18060/2010, de 3/12 – ver Declaração de Retificação n.º 2642/2010, de 27/12 (*Professores Classificadores dos exames nacionais do ensino básico e secundário*)  
Despacho n.º 6025/2011, de 6/04 (*altera Despacho n.º 18060/2010 - Professores Classificadores dos exames nacionais do ensino básico e secundário*)  
Despacho n.º 8322/2011, de 16/06 (*Reduz a componente letiva dos docentes orientadores cooperantes que desempenham funções de orientação e supervisão pedagógica*)  
Regulamento n.º 388/2011, de 27/06 (*Regulamento da bolsa de professores classificadores*)  
Despacho Normativo n.º 13-A/2012, de 5/06 (*Regulamenta a organização dos horários e a distribuição das funções docentes letivas e não letivas - Revoga os Despachos n.ºs 18064/2010 e 5328/2011 – Revogado pelo Despacho n.º Normativo n.º 7/2013*)  
Despacho n.º 5634-F/2012, de 26/04 (*Princípios e critérios de orientação para a constituição de agrupamentos de escolas – Revoga Despacho n.º 12955/2010*)  
Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2/07 (*2ª alteração e republicação do Decreto Lei n.º 75/2008, de 22/05, que aprovou o regime de autonomia, administração e gestão da escola pública – nos termos do art.º 5º as disposições regulamentares aprovadas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 75/2008 mantêm-se em vigor enquanto não forem substituídas por nova regulamentação*)  
Portaria n.º 265/2012, de 30/08 (*Regras e procedimentos dos contratos de autonomia a celebrar entre os agrupamentos e o ME*)

Despacho Normativo n.º 7/2013, de 11/06 (*Regulamenta a organização dos horários e a distribuição das funções docentes letivas e não letivas - Revoga o Despacho Normativo 13-A/2012 – Revogado pelo DN 6/2014*)  
Despacho Normativo n.º 20/2012, de 3/10 (*Define normas orientadoras para a constituição dos TEIP de 3ª geração*)  
Despacho Normativo n.º 7-A/2013, de 10/07 (*altera o Despacho Normativo n.º 7/2013*)  
Decreto-Lei n.º 5/2014, de 14/01 (*Manuais escolares – regulamenta a Lei n.º 47/2006 e Revoga o DL n.º 261/2007*)  
Portaria n.º 44/2014, de 20/02 (*altera a Portaria n.º 265/2012*)  
Despacho Normativo n.º 6/2014, de 26/05 (*Regulamenta a organização dos horários e a distribuição das funções docentes letivas e não letivas - Revoga os Despachos Normativos n.ºs 7/2013 e 7-A/2013 – Revogado pelo DN n.º 10-A/2015*)  
Decreto-Lei n.º 30/2015, de 12/02 (*Delegação de competências nos municípios de funções em vários domínios, nomeadamente, da Educação*)  
Despacho Normativo n.º 10-A/2015, de 19/06 (*Organização do ano letivo 2015/2016*)  
Despacho Normativo n.º 4-A/2016, de 16/06 (*Organização do ano letivo 2016/2017*)  
Despacho n.º 8294-A/2016, de 24/06 (*Calendário das atividades escolares – provas e exames – 2016/2017*)  
Declaração de Retificação n.º 1125/2016, de 18/11 (*Retifica o Despacho n.º 8294-A/2016*)  
Despacho n.º 5458-A/2017, de 22/06 (*Calendário das atividades escolares – provas e exames – 2017/2018*)  
Lei n.º 72/2017, de 16/08 (*altera a Lei n.º 47/2006 - define o regime de avaliação, certificação e adoção dos manuais escolares dos ensinos básico e secundário, bem como os princípios e objetivos a que deve obedecer o apoio sócio-educativo relativamente à aquisição e ao empréstimo de manuais escolares*)  
Despacho n.º 6020-A/2018, de 19/06 (*Calendário das atividades escolares – provas e exames – 2018/2019*)

## **CARREIRA DOCENTE**

Decreto-Lei n.º 290/75, de 14/06 (*contagem do tempo de serviço – inter-anos – em vigor até à entrada em vigor da Lei n.º 59/2008, de 11/09*)  
Decreto-Lei n.º 169-85, de 20/05 (*contagem do tempo de serviço prestado nas Instituições Particulares*)  
Portaria n.º 584/99, de 02/08 (*contagem integral de tempo de serviço*)  
Decreto-Lei n.º 240/2001, de 30/08 (*perfil geral do desempenho profissional dos docentes*)  
Decreto-Lei n.º 241/2001, de 31/08 (*perfil específico dos educadores e dos professores do 1º Ciclo*)  
Lei n.º 43/2005, de 29 /08 (*congelamento das carreiras*)  
Despacho Conjunto n.º 1053/2005, de 07/12 (*protocolo entre o ME e o Ministério da Cultura*)  
Ofício - Circular n.º 48/2006, de 26/07 (*DGRHE- coordenadores de estabelecimento*)  
Despacho n.º 21 703/2006, de 25/10 (*acesso à Carreira Docente para estrangeiros*)  
Circular DGRHE n.º 11/2006, de 30/11 (*contagem de tempo de serviço*)  
Lei n.º 53-C/2006, de 29/12 (*determina a prorrogação da vigência das medidas (congelamento) aprovadas pela Lei n.º 43/2005, de 29/09, até 31 de Dez. de 2007*)  
Decreto-Lei n.º 338/2007, de 11/10 (*integração dos docentes de técnicas especiais*)  
Lei n.º 67-A/2007, de 31/12 (*art.º 119º: descongelamento da Progressão na Carreira*)  
Portaria n.º 29/2008, de 10/01 (*reconhecimento do grau de Mestre e Doutor obtido em Universidades Estrangeiras*)  
Decreto Regulamentar n.º 3/2008, de 21/01 (*Prova de avaliação de conhecimentos e competências*)  
Lei n.º 12-A/2008, de 27/02 (*estabelece os regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações aos trabalhadores que exercem funções públicas*)  
Declaração de Retificação n.º 22-A/2008, de 22/04 (*Retifica a Lei n.º 12-A/2008, de 27/02*)  
Portaria n.º 343/2008, de 30/04 (*art.º 39º, n.º 4 do ECD - Funções ou cargos a identificar como de natureza técnico – pedagógica para efeitos de progressão na carreira*)  
Portaria n.º 344/2008, de 30/04 (*Regulamenta o processo de reconhecimento dos ciclos de estudo conducentes aos graus de Mestre e Doutor e dos próprios graus académicos obtidos por docentes profissionalizados*)  
Lei n.º 59/2008, de 11/09 (*Aprova o regime e o regulamento do contrato de trabalho em funções públicas – a transição para a modalidade de contrato por tempo indeterminado foi suspensa pelo ME em finais de Maio de 2009*)  
Despacho n.º 7345/2009, de 11/03 (*prémio nacional de professor e prémios de mérito*)  
Portaria n.º 756/2009, de 14/07 (*função de professor bibliotecário e de coordenador interconcelhio para as bibliotecas escolares – Revogada pela Portaria n.º 192-A/2015*)  
Despacho n.º 27220/2009, de 18/12 (*altera Despacho n.º 7345/2009*)  
Despacho n.º 7184/2010, de 23/04 (*regulamenta o prémio nacional de professores*)  
Despacho n.º 21666/2009, de 28/09 (*regulamenta o período probatório*)

Portaria n.º 966/2009, de 25/08 (*altera a Portaria 343/2008*)  
Decreto Regulamentar n.º 27/2009, de 6/10 (*altera e republica o Decreto Regulamentar n.º 3/2008 - Prova de avaliação de conhecimentos e competências*)  
Lei n.º 55-A/2010, de 31/12 (*Lei do Orçamento de Estado para 2011 - art.º 24º - congela a contagem do tempo de serviço para efeitos de promoção e progressão da carreira em 2011*)  
Portaria n.º 558/2010, de 22/07 (*altera P 756/2009 – Professor Bibliotecário - Revogada pela Portaria n.º 192-A/2015*)  
Despacho n.º 14898/2010, de 28/09 (*altera Despacho 7184/2010 – prémio nacional de professor*)  
Portaria n.º 76/2011, de 15/02 (*altera P 756/2009 – Professor Bibliotecário - Revogada pela Portaria n.º 192-A/2015*)  
Lei n.º 64-B/2011, de 30/12 (*Lei do Orçamento de Estado para 2012 - congela a contagem do tempo de serviço para efeitos de promoção e progressão da carreira em 2012*)  
Lei n.º 66/2012, de 31/12 (*altera a L 12-A/2008, a L 59/2008, o DL 100/99, entre outros*)  
Lei n.º 66-B/2012, de 31/12 (*Lei do Orçamento de Estado para 2013 - congela a contagem do tempo de serviço para efeitos de promoção e progressão da carreira em 2013 e altera diversos diplomas legais*)  
Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 187/2013, de 22/04 (*Declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, da norma do artigo 29.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro; declara a inconstitucionalidade consequencial da norma do artigo 31.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, na medida em que manda aplicar o disposto no artigo 29.º dessa Lei aos contratos de docência e de investigação; declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, da norma do artigo 77.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro; declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, da norma do artigo 117.º, n.º 1, da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro; não declara a inconstitucionalidade das normas dos artigos 27.º, 45.º, 78.º, 186.º (na parte em que altera os artigos 68.º, 78.º e 85.º e adita o artigo 68.º-A do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares) e 187.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro*)  
Portaria n.º 230-A/2013, de 19/07 (*altera P 756/2009 – Professor Bibliotecário - Revogada pela Portaria n.º 192-A/2015*)  
Despacho n.º 9612-B/2013, de 22/07 (*Fixa para o quadriénio 2013-2017 o número máximo de coordenadores interconcelhios das bibliotecas escolares*) - Revogado  
Declaração de Retificação n.º 37/2013, de 21/08 (*Retifica a Portaria n.º 230-A/2013*)  
Lei n.º 68/2013, de 29/08 (*estabelece a duração do período normal de trabalho dos trabalhadores em funções públicas e procede à 5ª alteração à Lei n.º 59/2008*)  
Decreto Regulamentar n.º 7/2013, de 23/10 (*altera o Decreto Regulamentar n.º 3/2008 - Prova de avaliação de conhecimentos e competências*)  
Lei n.º 83-C/2013, de 31/12 (*Lei do Orçamento de Estado para 2014 - congela a contagem do tempo de serviço para efeitos de promoção e progressão da carreira em 2013 e altera diversos diplomas legais*)  
Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 413/2014, de 30/05 (*Declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, das normas do art.º 33º da Lei n.º 83-C/2013, respeitante às reduções remuneratórias que estavam em vigor sobre as remunerações dos trabalhadores da Administração Pública*)  
Lei n.º 35/2014, de 20/06 (*Aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas – Revoga a Lei n.º 12-A/2008, com exceção das normas transitórias abrangidas pelos artigos 88º a 115º e Revoga a Lei n.º 59/2008*)  
Lei n.º 82-B/2014, de 31/12 (*Lei do Orçamento de Estado para 2015 - congela a contagem do tempo de serviço para efeitos de promoção e progressão da carreira*)  
Portaria n.º 192-A/2015, de 29/06 (*Regula a designação de docentes para a função de professor bibliotecário, os procedimentos do respetivo concurso e a designação de docentes para a função de coordenador interconcelhio para as bibliotecas escolares*)  
Despacho n.º 9488/2015, de 20/08 (*Período Probatório*)  
Despacho n.º 13660-M/2015, de 24/11 (*Suspende a PACC*)  
Lei n.º 7-A/2016, de 30/3 (*Lei do Orçamento de Estado para 2016 – mantém os efeitos do OE para 2015 quanto ao congelamento da progressão na carreira*)  
Lei n.º 16/2016, de 17/06 (*Revoga a prova de avaliação de conhecimentos e capacidades*)  
Aviso n.º 16015-C/2016, de 23/12 (*Ressarcimento do valor pago pela PACC*)  
Lei n.º 42/2016, de 28/12 (*Lei do Orçamento de Estado para 2017 – mantém os efeitos do OE para 2015 quanto ao congelamento da progressão na carreira*)  
Despacho n.º 3746/2017, de 4/05 (*A Presidência do Conselho de Ministros e Finanças, no seguimento do Programa do Governo que prevê em 2018 o início do processo de descongelamento das carreiras dos trabalhadores que exercem funções públicas, prepara o apuramento do impacto orçamental do descongelamento das carreiras*)  
Despacho n.º 6478/2017, de 26/07 (*Fixa para o número máximo de coordenadores interconcelhios das bibliotecas escolares e as condições de exercício dessa função - Revoga o Despacho n.º 9612-B/2013*)

Lei n.º 114/2017, de 29/12 (*Lei do Orçamento do Estado para 2018 – Descongelamento da progressão na carreira*)

Resolução da Assembleia da República n.º 1/2018, de 2/01 (*Recomenda ao Governo a contagem de todo o tempo de serviço para efeitos de progressão na carreira*)

Portaria n.º 29/2018, de 23/01 (*Define as regras relativas ao preenchimento das vagas para progressão ao 5º e 7º escalões da carreira docente*)

Despacho n.º 2145-C/2018, de 28/02 (*Fixa, para o ano de 2018, as vagas para progressão ao 5º e 7º escalões da carreira docente*)

Portaria n.º 119/2018, de 4/05 (*Define os termos e a forma como se processa o reposicionamento no escalão da carreira docente com tempo de serviço prestado antes do ingresso na referida carreira e a que se refere o art.º 36º, n.º 3, e art.º 133º, n.º 1, do ECD*).

## **AValiação DE DESEMPENHO**

Decreto-Lei n.º 15/07, de 19/01 (*alterou o ECD, art.º 16º - regime transitório*)

Decreto Regulamentar n.º 2/2008, 10/01 (*regime jurídico da avaliação de desempenho – Revogado pelo Decreto Regulamentar n.º 2/2010*)

Despacho n.º 8519/2008, de 24/03 (*Prémio anual e nacional de professores*)

Decreto Regulamentar n.º 1-A/2009, de 5/01 (*Regime transitório da avaliação de desempenho – até ao primeiro ciclo de avaliação em Dezembro de 2009 – Revogado pelo Decreto Regulamentar n.º 2/2010*)

Decreto Regulamentar n.º 14/2009, de 21/08 (*prorrogação do regime simplificado previsto no DL n.º 1-A/2009 – Revogado pelo Decreto Regulamentar n.º 2/2010*)

Decreto Regulamentar n.º 2/2010, de 23 de Junho (*Regime jurídico da avaliação de desempenho – revogou regimes anteriores*)

Despacho n.º 14420/2010, de 15/09 (*Procedimentos e Fichas de avaliação global do desempenho do pessoal docente*)

Portaria n.º 926/2010, de 20/09 (*Procedimentos a adotar sempre que, por força do exercício de cargos ou funções, não possa haver lugar à observação de aulas para progressão ao 3º e 5º escalões, nos termos do art.º 9º do Decreto Regulamentar n.º 2/2010*)

Despacho Normativo n.º 24/2010, de 23/09 (*Critérios a aplicar na realização da Ponderação Curricular prevista no n.º 9º do art.º 40º do ECD*)

Despacho n.º 16034/2010, de 22/10 (*Padrões de desempenho docente – Revogado*)

Despacho n.º 17645/2010, de 24/11 (*Apreciação intercalar dos docentes com funções de Gestão nas Escolas*)

Despacho n.º 18020/2010, de 3/12 (*Avaliação dos docentes em mobilidade – Revogado pelo Despacho 12635/2012*)

Portaria n.º 1333/2010, de 31/12 (*Avaliação de desempenho dos órgãos de gestão e administração das escolas e centros de formação de associações de escolas – derogado pela Portaria n.º 266/2012*)

Despacho n.º 5464/2011, de 30/03 (*Percentagens máximas para a atribuição das menções qualitativas de excelente e de muito bom aos docentes integrados na carreira e em regime de contrato, em função da avaliação externa das respetivas escolas – Revogado pelo Despacho n.º 12567/2012*)

Despacho n.º 5465/2011, de 30/03 (*percentagens máximas para a atribuição da avaliação final de Desempenho relevante e o reconhecimento de Desempenho excelente aos docentes que exerçam cargos nos órgãos de gestão e administração das escolas e centros de formação de associações de escolas*)

Portaria n.º 278/2011, de 14/10 (*altera Portaria 1333/2010 – avaliação do desempenho dos docentes que exercem funções nos órgãos de gestão*)

Decreto Regulamentar n.º 26/2012, de 21/02 (*regulamenta a avaliação do desempenho do pessoal docente – Revoga o Dec. Reg. n.º 2/2010, de 23/06*)

Declaração de Retificação n.º 20/2012, de 20/04 (*Retifica o Decreto Regulamentar n.º 26/2012*)

Despacho Normativo n.º 19/2012, de 17/08 (*critérios para aplicação do suprimento de avaliação através de ponderação curricular prevista no art.º 40º, n.º 9 do ECD*)

Portaria n.º 266/2012, de 30/08 (*Avaliação de desempenho dos docentes que exercem as funções de diretor de agrupamento de escolas e centro de formação de associações de escolas, bem como das escolas portuguesas no estrangeiro*)

Despacho n.º 12567/2012, de 26/09 (*percentis das menções de excelente e muito bom – Revoga Despacho n.º 5464/2011*)

Despacho n.º 12635/2012, de 27/09 (*Avaliação dos docentes em mobilidade – SIADAP*)

Despacho n.º 13981/2012, de 26/10 (*parâmetros para a avaliação externa da dimensão científica e pedagógica*)

Despacho Normativo n.º 24/2012, de 26/10 (*processo de constituição e funcionamento da bolsa de avaliadores externos – dimensão científica e pedagógica*)

Declaração de Retificação n.º 1451/2012, de 8/11 (*retifica Despacho n.º 13981/2012*)  
Portaria n.º 15/2013, de 15/01 (*regimes excecionais de avaliação do desempenho – docentes em exercício de funções em regime de mobilidade a tempo parcial em estabelecimentos sob a tutela de outros ministérios, ensino de português no estrangeiro e regiões autónomas*)  
Despacho n.º 16504-A/2013, de 19/12 (*Procedimentos relativos ao Período probatório – Condições de Dispensa*)  
Portaria n.º 75/2015, de 12/03 (*Avaliação do desempenho dos docentes em exercício efetivo de funções em mapas de pessoal dos estabelecimentos ou instituições de ensino sob a tutela do Ministério da Defesa Nacional*)

## **FORMAÇÃO CONTÍNUA**

Decreto-Lei n.º 344/89, de 11/10 (*ordenamento jurídico da formação contínua*)  
Decreto Regulamentar n.º 29/92, de 09/11 (*fixação do número de unidades de crédito para progressão na carreira*)  
Decreto-Lei n.º 249/92, de 09/11 (*regime jurídico da formação contínua*)  
Lei n.º 60/93, de 20/08 (*alteração por ratificação do Decreto-Lei n.º 249/92, de 09/11*)  
Decreto-Lei n.º 274/94, de 28/10 (*alteração ao Decreto-Lei n.º 249/92, de 09/11*)  
Decreto-Lei n.º 207/96, de 02/11 (*alteração e republicação do Decreto-Lei n.º 249/92, de 09/11*)  
Decreto-Lei n.º 155/99, de 10/05 (*alteração ao Decreto-Lei n.º 249/92, de 09/11*)  
Despacho n.º 16794/2005, de 03/08  
Despacho Conjunto n.º 812/2005, de 24/10 (*formação contínua em matemática*)  
Decreto-Lei n.º 15/2007, de 19/01 (*art.º 25º alínea c) alteração ao Decreto-Lei n.º 249/92, de 09/11*)  
Despacho n.º 6754/2008, de 7/03 (*formação contínua em matemática para os docentes dos 1º e 2º ciclos*)  
Portaria n.º 345/2008, de 30/04 (*art.º 109º do ECD - Condições de dispensa para formação do pessoal docente*)  
Despacho n.º 18038/2008, de 4/07 (*Funcionamento e constituição dos centros de formação de associações de escolas – Revogado pelo Decreto-Lei n.º 127/2015*)  
Despacho n.º 2609/2009, de 20/01 (*Estrutura dos centros de formação de associações de escolas – Recursos humanos e financeiros – Revogado pelo Decreto-Lei n.º 127/2015*)  
Despacho n.º 21028/2009, de 18/09 (*ações de formação contínua em educação e formação de adultos, realizadas por coordenadores dos centros das novas oportunidades*)  
Despacho n.º 8783/2010, de 24/05 (*formação contínua em matemática para os docentes dos 1º e 2º ciclos*)  
Decreto-Lei n.º 22/2014, de 11/02 (*Regime jurídico da Formação Contínua – Revoga o DL n.º 249/92*)  
Despacho n.º 4595/2015, de 6/05 (*Estabelece o processo de avaliação, certificação e reconhecimento da formação acreditada*)  
Despacho n.º 5418/2015, de 22/05 (*Correspondência entre as áreas de formação previstas no DL n.º 22/2014 e as áreas de formação estabelecidas na legislação anterior à sua publicação, para efeitos de manutenção e correspondência da acreditação dos formadores acreditados pelo CCPFC*)  
Despacho n.º 5741/2015, de 29/05 (*Fixa o processo de reconhecimento e certificação das ações de formação de curta duração a que se refere a alínea d) do n.º 1 do art.º 6º do DL n.º 22/2014*)  
Decreto-Lei n.º 127/2015, de 7/07 (*Aprova as regras a que obedece a constituição e funcionamento dos Centros de Formação de Associação de Escolas*)  
Decreto-Lei n.º 86-A/2016, de 29/12 (*Define o regime da formação profissional na Administração Pública*)

## **ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES DOCENTES**

Despacho n.º 92/ME/88, de 16/06 (*pedidos de acumulação no Ensino Particular e Cooperativo*)  
Despacho Conjunto n.º 37/SEAM/SERE/89, de 28/11/1989  
Decreto-Lei n.º 413/93, de 23/12  
Decreto-Lei n.º 196/93, de 27/05 (*regime de incompatibilidade*)  
Portaria n.º 814/2005, de 13/09 (*regime de acumulação de funções – Revoga n.ºs 4 e 5 do Despacho n.º 92/ME/88*)  
Decreto-Lei n.º 179/2005, de 2/11 (*altera Estatuto da Aposentação, definindo as condições de exercício de funções públicas por aposentados*)  
Decreto-Lei n.º 151/2006, de 2/08 (*autorizações para acumulações no ensino superior público*)  
Portaria n.º 159/2011, de 15/04 (*Termos a que deve obedecer a autorização de exercício de funções públicas a que se refere o art.º 78º, n.º 7 do Estatuto da Aposentação*)



## REMUNERAÇÕES

Decreto-Lei n.º 141/82, de 23/04 (*Subsídios de natal e férias dos docentes contratados*)

Decreto-Lei n.º 106/98, de 24/04 (*abonos de ajudas de custo e transporte – alterado pela Lei n.º 66-B/2012, de 31/12 - Orçamento de Estado para 2013*)

Portaria n.º 1042/99, de 26/11 (*remuneração dos docentes contratados*)

Despacho n.º 6673/2006, de 23/03 (*desconto do abono do vencimento de exercício*)

Despacho n.º 25364/2006, de 13/12 (*vencimentos e abonos dos coordenadores e adjuntos de coordenação do ensino português no estrangeiro*)

Ofício-Circular n.º 02/GGF/2007, de 08/01 (*gratificação aos orientadores de escola de prática pedagógica supervisionada dos Cursos de Formação Inicial de Professores*)

Circular Conjunta (DGRHE+GGF) n.º 2/2207, de 05/11 (*Índice de vencimentos de professores contratados e técnicos especializados*)

Ofício-Circular n.º 1/GGF/DGRHE 2008, de 24/01 (*Regime especial de reposicionamento salarial para o pessoal docente - art.º 12º do Decreto-Lei n.º 15/2007, de 19/01*)

Despacho n.º 17324/2008, de 26/06 (*Pagamento sobre as provas de exame*)

Portaria n.º 1553-D/2008, de 31/12 (*Revisão anual das ajudas de custo, subsídios de refeição e de viagem - 2009*)

Despacho n.º 15896/2009, de 13/07 (*pagamento aos professores classificadores, relatores e especialistas das provas de exame de 2009*)

Decreto Regulamentar n.º 5/2010, de 24/12 (*Suplemento remuneratório pelo exercício dos cargos ou funções de diretor de agrupamento ou escola não agrupada, subdiretor, adjunto do diretor, coordenador de estabelecimento e diretor de centro de formação de associação de escolas*)

Decreto-Lei n.º 137/2010, de 28/12 (*medidas adicionais de redução da despesa – altera DL n.º 106/98, Portaria n.º 1553-D/2008, trabalho extraordinário e trabalho noturno*)

Ofício-Circular n.º 03/GGF/2011, de 7/01 (*Processamento de Remunerações de 2011*)

Despacho n.º 10809/2011, de 1/09 (*Remuneração pela reapreciação das provas de exame*)

Lei n.º 49/2011, de 7/09 (*Aprova uma sobretaxa extraordinária sobre os rendimentos sujeitos a IRS auferidos no ano de 2011*)

Ofício-Circular n.º 12/GGF/2011, de 28/11 (*Processamento do subsídio de Natal do pessoal contratado*)

Lei n.º 64-B/2011, de 30/12 (*Lei do Orçamento de Estado para 2012 – suspensão total ou parcial do pagamento de subsídios de férias e de Natal*)

Ofício-Circular n.º 02/GGF/2012, de 3/01 (*Processamento de Remunerações de 2012*)

Nota Informativa n.º 08/GGF/2012 (*Processamento do subsídio de férias e de Natal – art.º 21º da Lei n.º 64-B/2011*)

Lei n.º 66-B/2012, de 31/12 (*Lei do Orçamento de Estado para 2013- introduz várias alterações às disposições remuneratórias*)

Ofício Circular n.º 3/DGPGF/2013, de 8/01 (*processamento das remunerações em 2013*)

Declaração de Retificação n.º 45-A/2013, de 15/01 (*retifica o Despacho n.º 796-B/2013*)

Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 187/2013, de 22/04 (*Declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, da norma do artigo 29.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro; declara a inconstitucionalidade consequencial da norma do artigo 31.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, na medida em que manda aplicar o disposto no artigo 29.º dessa Lei aos contratos de docência e de investigação; declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, da norma do artigo 77.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro; declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, da norma do artigo 117.º, n.º 1, da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro; não declara a inconstitucionalidade das normas dos artigos 27.º, 45.º, 78.º, 186.º (na parte em que altera os artigos 68.º, 78.º e 85.º e adita o artigo 68.º-A do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares) e 187.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro*)

Lei n.º 39/2013, de 21/06 (*Regula a reposição, em 2013, do subsídio de férias para os trabalhadores públicos, aposentados, reformados e demais pensionistas*)

Lei n.º 59/2013, de 23/08 (*Estabelece um regime de prestação de informação sobre remunerações, suplementos e outras componentes remuneratórias dos trabalhadores de entidades públicas*)

Lei n.º 83-C/2013, de 31/12 (*Lei do Orçamento de Estado para 2014 - introduz várias alterações às disposições remuneratórias*)

Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 413/2014, de 30/05 (*Declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, das normas do art.º 33º da Lei n.º 83-C/2013, respeitante às reduções remuneratórias que estavam em vigor sobre as remunerações dos trabalhadores da Administração Pública*)

Lei n.º 75/2014, de 12/09 (*Estabelece os mecanismos das reduções remuneratórias temporárias e as condições da sua reversão*)

Lei n.º 82-B/2014, de 31/12 (*Lei do Orçamento de Estado para 2015 - introduz várias alterações às disposições remuneratórias*)  
Decreto-Lei n.º 25/2015, de 6/02 (*Suplementos Remuneratórios*)  
Lei n.º 159-A/2015, de 30/12 (*Estabelece a extinção da redução remuneratória prevista na Lei n.º 74/2014*)  
Lei n.º 159-D/2015, de 30/12 (*Extinção da sobretaxa do IRS*)  
Lei n.º 7-A/2016, de 30/3 (*Lei do Orçamento de Estado para 2016 – mantém os efeitos do OE para 2015 quanto ao congelamento da progressão na carreira*)  
Lei n.º 42/2016, de 28/12 (*Lei do Orçamento de Estado para 2017 – mantém os efeitos do OE para 2015 quanto ao congelamento da progressão na carreira – atualiza o valor do subsídio de refeição em €4,77 a partir de 1 de agosto de 2017*)  
Lei n.º 114/17, de 29/12 (*OE para 2018 – descongelamento da progressão na carreira – atualiza o valor do subsídio de refeição em €4,77 a partir de 1 de agosto de 2017*)

### **RECLASSIFICAÇÃO E RECONVERSÃO DA CARREIRA / Dispensa da Componente Letiva**

Decreto-Lei n.º 224/2006, de 13/11 (*dispensa da componente letiva por incapacidade*)  
Despacho n.º 6075/07, de 26/03 (*regula DL n.º 224/2006 – critérios de incapacidade*)  
Decreto-Lei n.º 314/2007, de 17/09 (*reclassificação profissional do pessoal docente*)  
Decreto-Lei n.º 124/2008, de 15/07 (*Mobilidade especial dos docentes declarados incapazes para o serviço docente e docentes com ausência da componente letiva - altera e republica o DL n.º 224/2006*)

### **PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

Decreto-Lei n.º 291/2009, de 12/10 (*regime de avaliação das incapacidades das pessoas com deficiência*)  
Decreto-Lei n.º 29/2001, de 03/02 (*estabelece o sistema de quotas de emprego para pessoas com deficiência ou com um grau de incapacidade igual ou superior a 60%*)  
Lei n.º 38/2004, de 18/08 (*define as bases gerais do regime jurídico da prevenção, habilitação, reabilitação e participação da pessoa com deficiência*)  
Despacho n.º 26390/2004, de 22/12 (*ajudas técnicas para pessoas com deficiência*)  
Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8/08 (*condições de acessibilidade para deficientes*)  
Decreto-Lei n.º 93/2009, de 16/04 (*Sistema de atribuição de produtos de apoio a pessoas com deficiência ou incapazes*)  
Lei n.º 90/2009, de 31/08 (*aprova o regime especial de proteção na invalidez*)  
Decreto-Lei n.º 290/2009, de 12/10 (*programa de emprego e apoio à qualificação das pessoas com deficiência*)  
Decreto-Lei n.º 291/2009, de 12/10 (*altera DL n.º 202/96*)  
Decreto-Lei n.º 126-A/2017, de 6/10 (*Proteção das pessoas com deficiência*)

### **APOIOS EDUCATIVOS / ENSINO ESPECIAL**

Decreto-Lei n.º 95/97, de 23/04 (*regime jurídico da formação especializada*)  
Despacho Conjunto n.º 105/97, de 1707 (*Estabelece o regime aplicável à prestação de serviços de apoio educativo*)  
Portaria n.º 1102/97, de 3/11 (*Condições de educação especial em cooperativas e associações de ensino especial sem fim lucrativo*)  
Portaria n.º 1103/97, de 3/11 (*Condições de educação especial em estabelecimentos particulares*)  
Despacho n.º 7520/98, de 6/05 (*Condições para a criação e funcionamento de unidades de apoio à educação de crianças e jovens surdos*)  
Despacho Conjunto n.º 495/2002, de 07/05  
Despacho n.º 10 856/2005, de 13/05 (*organização e gestão dos recursos educativos – altera e republica o Despacho n.º 105/97, de 30/05*)  
Retificação n.º 1068/2005, de 22/06 (*retifica o despacho nº 10 856/2005*)  
Despacho Normativo 1/2006, de 06/01 (*funcionamento e avaliação dos currículos alternativos*)  
Decreto-Lei n.º 338/2007, de 11/10 (*Integração em lugar de QZP dos professores de técnicas especiais com pelo menos 10 anos de serviço ininterrupto em funções docentes*)  
Decreto-lei n.º 3/2008, de 07/01 (*Regulamentação de apoios especializados a prestar na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundários*)  
Declaração de Retificação n.º 10/2008, de 7/03 (*Retifica o DL n.º 3/2008*)  
Lei n.º 21/2008, de 12/05 (*1ª Alteração ao DL n.º 3/2008*)  
Portaria n.º 985/2008, de 3/09 (*Estabelece os valores das comparticipações das famílias – Revogada*)

Portaria n.º 994/2008, de 3/09 (*Estabelece os valores máximos e as normas reguladoras das mensalidades a praticar pelas cooperativas e associações de ensino especial para efeitos de atribuição do subsídio de educação especial e da determinação das comparticipações financeiras aos estabelecimentos de educação especial sem fins lucrativos para o exercício da ação educativa – Revoada pela Portaria n.º 1324/2009*)

Portaria n.º 995/2008, de 3/09 (*Valores máximos e as normas reguladoras das mensalidades a praticar pelos estabelecimentos de educação especial com fins lucrativos para o exercício da ação educativa - Revogada*)

Lei n.º 71/2009, de 6/08 (*Cria o regime especial de proteção de crianças e jovens com doença oncológica*)

Portaria n.º 1324/2009, de 21/10 (*Estabelece os valores máximos e as normas reguladoras das mensalidades a praticar pelas cooperativas e associações de ensino especial para efeitos de atribuição do subsídio de educação especial e da determinação das comparticipações financeiras aos estabelecimentos de educação especial sem fins lucrativos para o exercício da ação educativa – Revoga portaria n.º 994/2008*)

Portaria n.º 1315/2009, de 21/10 (*Estabelece os valores das comparticipações das famílias – Revoga P 985/2008*)

Portaria n.º 1388/2009, de 12/11 (*Valores máximos e as normas reguladoras das mensalidades a praticar pelos estabelecimentos de educação especial com fins lucrativos para o exercício da ação educativa – Revoga Portaria n.º 995/2008*)

Despacho n.º 7158/2011, de 11/05 (*Calendário das escolas de referência de ensino bilingue para alunos surdos a partir do ano letivo 2011-2012 e a carga horária a atribuir ao Português Língua Segunda [PL2] para alunos surdos*)

Portaria n.º 275-A/2012, de 11/09 (*regula o ensino de alunos com currículo específico individual – CEI – em processo de transição para a vida pós-escolar, nos termos e para os efeitos conjugados dos artigos 14º e 21º do DL n.º 3/2008 e da L 85/2009 – Revogado pela Portaria n.º 201-C/2015*)

Despacho n.º 5291/2015, de 21/05 (*Estabelece a rede nacional de Centros de Recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação para a Educação Especial - CRTIC*)

Portaria n.º 201-C/2015, de 10/07 (*regula o ensino de alunos com 15 anos ou mais de idade, com currículo específico individual – CEI – em processo de transição para a vida pós-escolar, nos termos e para os efeitos conjugados dos artigos 14º e 21º do DL n.º 3/2008 – Revoga a Portaria n.º 275-A/2012*)

Decreto Regulamentar n.º 3/2016, de 23/08 - *Subsídio por frequência de estabelecimento de educação especial*)

Declaração de Retificação n.º 18/2016, de 3/10 (*Retifica o Decreto Regulamentar n.º 3/2016*)

Resolução da AR n.º 103/2017, de 6/06 (*Recomenda ao Governo que, no âmbito da revisão do DL n.º 3/2008 promova a escola inclusiva de forma abrangente*)

Portaria n.º 350-A/2017, de 14/11 (*Medidas de apoio educativo a prestar a crianças e jovens com doença oncológica, regulamentando o art.º 11º da Lei n.º 71/2009*)

## **PLANOS CURRICULARES DOS ENSINOS BÁSICOS E SECUNDÁRIO**

Despacho n.º 9590/99, de 14/05

Decreto-lei n.º 6/01, de 18/01

Despacho n.º 13780/01, de 3/07

Decreto-lei n.º 74/04, de 26/03

Portaria n.º 535/04, de 20/05

Portaria n.º 550-A, B, C, D, E/04, de 21/05

Despacho Normativo n.º 1/06, de 6/01

Despacho Normativo n.º 7/06, de 6/02

Portaria n.º 259/06, de 14/03

Portaria n.º 260/06, de 14/03

Portaria n.º 207/2008, de 25/02 (*altera a Portaria n.º 550-A/2004*)

Despacho n.º 5306/2012, de 18/04 (*Grupo de Trabalho de reformulação das metas curriculares – tem por missão identificar os conhecimentos e capacidades essenciais dos alunos*)

Despacho n.º 5122/2013, de 16/04 (*homologa metas curriculares – ver Despacho n.º 5306/2012*)

Despacho n.º 6651/2013, de 22/05 (*homologa as metas curriculares da disciplina de Inglês dos 2º e 3º ciclos*)

Despacho n.º 110-A/2014, de 3/01 (*homologa metas curriculares de Geografia, História e Ciências Naturais do 9º ano / 3º ciclo*)

Despacho n.º 868-B/2014, de 20/01 (*homologa os programas e as metas curriculares das disciplinas de Português, de Matemática A e de Física e Química A do ensino secundário*)

## **ESTATUTO DO ALUNO DO ENSINO PÚBLICO**

Lei n.º 30/2002, de 20/12 (*Estatuto do Aluno dos Ensinos Básico e Secundário – Revogado pela Lei n.º 51/2002*)

Lei n.º 3/2008, de 18/01 (*altera o Estatuto do Aluno*)

Despacho n.º 30265/2008, de 24/11 (*visa clarificar, segundo o a Sra. Ministra da Educação, os termos de aplicação do disposto no Estatuto do Aluno*)

Lei n.º 39/2010, de 2/09 (*altera e republica o Estatuto do Aluno dos Ensinos Básico e Secundário aprovado pela lei n.º 30/2002*)

Lei n.º 51/2012, de 5/09 (*Aprova o Novo Estatuto do Aluno e da Ética Escolar*)

Declaração de Retificação n.º 46/2012, de 17/09 (*retifica a Lei n.º 51/2012*)

## **MATRÍCULAS – DISTRIBUIÇÃO DE CRIANÇAS E ALUNOS – PERÍODO DE FUNCIONAMENTO**

Despacho n.º 6539/06, de 22/03

Despacho n.º 13468/06, de 27/06

Despacho n.º 14026/2007, de 3/07 (*Matrículas e renovação de matrículas do ensino básico e secundário público, particular e cooperativo com contratos de associação – Revogado*)

Decreto-Lei n.º 176/2012, de 2/08 (*Regula as matrículas e a Frequência da escolaridade obrigatória*)

Despacho n.º 5048-B/2013, de 12/04 (*Matrículas e renovação de matrículas do ensino básico e secundário público, particular e cooperativo com contratos de associação – Revogado pelo Despacho Normativo n.º 7-B/2015*)

Despacho Normativo n.º 7-B/2015, de 7/05 (*Procedimentos de Matrícula e Constituição de Turmas – revogado pelos Despachos Normativos n.ºs 6/2018 e 10-A/2018*)

Despacho Normativo n.º 1-H/2016, de 14/04 (*altera Despacho Normativo n.º 7-B/2015*)

Despacho Normativo n.º 1-B/2017, de 17/04 (*altera Despacho Normativo n.º 7-B/2015*)

Despacho Normativo n.º 6/2018, de 12/04 (*estabelece os procedimentos da matrícula e respetiva renovação e as normas a observar na distribuição de crianças e alunos – revoga parcialmente o Despacho Normativo n.º 7-B/2015*)

Despacho Normativo n.º 10-A/2018, de 19/06 (*estabelece o regime de constituição de grupos e turmas e o período de funcionamento dos estabelecimentos de educação e ensino no âmbito da escolaridade obrigatória – revoga o Despacho Normativo n.º 7-B/2015*)

## **AValiação DE ALUNOS DO ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO / EXAMES**

Decreto-Lei n.º 6/2001, de 18/01 (*organização e avaliação de aprendizagens do Ensino Básico – Revogado pelo Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5/07*)

Decreto-Lei n.º 209/02, de 17/10 (*altera o DL n.º 6/2001*)

Decreto-Lei n.º 74/2004, de 26/03 (*organização e avaliação de aprendizagens do Ensino Secundário - Revogado pelo Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5/07*)

Despacho Normativo n.º 1/2005, de 03/01 (*princípios e procedimentos a observar na avaliação das aprendizagens e competências aos alunos dos 3 ciclos do ensino básico*)

Declaração de Retificação n.º 3/2005, de 10/02 (*retifica o Despacho Normativo N.º 1/2005, de 03/01*)

Despacho Normativo n.º 1/2006, de 06/01 (*constituição de turmas do Ensino Básico com percursos curriculares alternativos*)

Despacho Normativo n.º 4/2006, de 27/01 (*alterações ao regime de avaliação dos alunos do Ensino Secundário que frequentam cursos ao abrigo do Decreto-Lei n.º 286/89, de 29/08*)

Decreto-Lei n.º 24/2006, de 06/02 (*altera o Decreto-Lei n.º 74/2004, de 26/03 - Revogado pelo Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5/07*)

Despacho Normativo n.º 4/2006, de 27/01 (*alterações ao regime de avaliação dos alunos do secundário que frequentam cursos criados ao abrigo do Decreto-Lei n.º 286/89, de 29/08*)

Declaração de Retificação n.º 23/2006, de 07/04 (*retifica o Decreto-lei n.º 24/2006*)

Despacho Normativo n.º 25/2006, de 19/04 (*aprova o regime de avaliação dos alunos do secundário*)

Despacho Normativo n.º 25/2006, de 19/04 (*aprova a avaliação dos alunos no ensino secundário e altera o Despacho Normativo n.º 338/93 de 21/10*)

Portaria n.º 6737/2007, 04/01 (*alterações no tipo de prova a efetuar relativamente à disciplina de Aplicações Informáticas B*)

Despacho Normativo n.º 5/2007, de 10/01 (*alteração ao sistema de avaliação de alunos*)

Despacho n.º 2351/2007, de 14/02 (*provas de aferição*)

Despacho n.º 4690/2007, de 14/03 (*realização de exames nacionais nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática do 3º ciclo e dos exames de equivalência à frequência dos 2º e 3º ciclos do ensino básico e das*

*disciplinas dos cursos do ensino secundário: prazos de inscrição para admissão às provas de exame e calendário dos exames nacionais)*

*Despacho n.º 12981/2007, de 25/06 (atribuição de equivalências no ensino secundário)*

*Despacho Normativo n.º 28/2007, de 03/08 (obrigatoriedade da realização dos exames nacionais de 9º ano a Língua Portuguesa e Matemática)*

*Despacho Normativo n.º 30/2007, de 10/08 (princípios relativos ao ensino de Português Língua Não Materna)*

*Declaração de Retificação n.º 84/2007, de 21/09 (retificação dos cursos científico-humanísticos do ensino secundário)*

*Portaria n.º 207/2008, de 25/02 (alterações à Portaria n.º 550-A/2004, de 21/05, alterada pela Portaria n.º 260/2006, de 14/03- cursos tecnológicos, regime de organização, funcionamento e avaliação de alunos)*

*Despacho Normativo n.º 19/2008, de 19/03 (Regulamentos do Júri Nacional de Exames – Revogado pelo Despacho Normativo n.º 6/2012)*

*Despacho Normativo n.º 10/2009, de 19/02 (altera Despacho Normativo n.º 19/2008 - Regulamentos do Júri Nacional de Exames)*

*Despacho Normativo n.º 6/2010, de 19/02 (3ª alteração ao Despacho Normativo n.º 1/2005 – avaliação das aprendizagens e competências dos alunos)*

*Declaração de Retificação n.º 406/2010, de 2/03 (retifica o Despacho Normativo n.º 6/2010)*

*Despacho Normativo n.º 7/2010, de 16/03 (Regulamento do júri nacional de exames e regulamento dos exames do ensino básico e secundário – altera Despacho Normativo n.º 19/2009)*

*Despacho Normativo n.º 9/2010, de 1/04 (4ª alteração ao Despacho Normativo n.º 1/2005 – avaliação das aprendizagens e competências dos alunos)*

*Portaria n.º 95/2011, de 7/03 (Funcionamento do estudo acompanhado para os alunos com efetivas necessidades de apoio, nos termos do art.º 5º-A do DL n.º 6/2001, com as posteriores alterações)*

*Decreto-Lei n.º 18/2011, de 2/02 (altera e republica o Decreto-Lei n.º 6/2001, de 18/01 – Gestão Curricular: organização e avaliação de aprendizagens do Ensino Básico)*

*Resolução da Assembleia da República n.º 60/2011 (Cessação da vigência do DL n.º 18/2011, de 2/02, que permite a organização dos tempos letivos dos 2º e 3º ciclos do ensino básico em períodos de 45 ou 90 minutos e elimina a área de projeto do elenco das áreas curriculares – ripristina as normas Revogadas por este diploma)*

*Despacho Normativo n.º 29/2010, de 14/12 (altera Despacho Normativo n.º 1/2005 – possibilidade de conclusão do 1º ciclo com 8 anos de idade)*

*Despacho Normativo n.º 7/2011, de 5/04 (altera o Despacho Normativo n.º 19/2008 - Regulamentos do Júri Nacional de Exames)*

*Decreto-Lei n.º 50/2011, de 8/04 (altera e republica o DL n.º 74/2004 – introduz o exame final optativo de filosofia, elimina a disciplina de área de projeto e cria a disciplina de formação cívica na matriz dos cursos científico-humanísticos)*

*Portaria n.º 199/2011, de 19/05 (Aprova os modelos de diplomas e de certificados que conferem qualificação de nível não superior no âmbito do Sistema Nacional de Qualificações)*

*Decreto-Lei n.º 94/2011, de 3/08 (altera e republica o Decreto-Lei n.º 6/2001, de 18/01 - organização e avaliação de aprendizagens do Ensino Básico)*

*Decreto-Lei n.º 42/2012, de 22/02 (altera Decreto-Lei n.º 74/2012, de 26/03)*

*Despacho Normativo n.º 14/2011, de 18/11 (altera e republica o Despacho Normativo n.º 1/2005, de 03/01)*

*Despacho Normativo n.º 6/2012, de 10/04 (Regulamentos de funcionamento do júri nacional de exames e das provas e dos exames dos ensinos básico e secundário – Revoga Despacho Normativo n.º 19/2008 – Revogado pelo Despacho Normativo n.º 5/2013)*

*Despacho n.º 5305/2012, de 18/04 (Grupo de Projeto para acompanhamento da avaliação internacional de alunos – ProjAVI)*

*Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5/07 (Estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão dos currículos, da avaliação dos conhecimentos e capacidades a adquirir e a desenvolver pelos alunos dos ensinos básico e secundário – Revoga o DL n.º 6/2001 e o DL n.º 75/2004 – Nota: as normas relativas à organização e funcionamento dos cursos tecnológicos, criados pelo DL n.º 74/2004, com as posteriores alterações, mantêm a sua vigência até ao final do ano letivo de 2013/2014)*

*Despacho Normativo n.º 24-A/2012, de 6/12 (Regulamenta o DL 139/2012 - avaliação dos alunos – Revogado pelo Despacho Normativo n.º 13/2014)*

*Despacho Normativo n.º 5/2013, de 8/04 (Regulamentos de funcionamento do júri nacional de exames e das provas e dos exames dos ensinos básico e secundário)*

*Decreto-Lei n.º 91/2013, de 10/07 (alteração ao DL n.º 139/2012)*

*Despacho Normativo n.º 5-A/2014, de 10/04 (Regulamentos de funcionamento do júri nacional de exames e das provas e dos exames dos ensinos básico e secundário – Revoga o Despacho Normativo n.º 5/2013 – Revogado pelo DN n.º 6-A/2015)*

Despacho Normativo n.º 13/2014, de 15/09 (*Regulamenta o DL 139/2012 - avaliação dos alunos – Revogado pelo Despacho Normativo n.º 17-A/2015, de 22/09*)  
Decreto-Lei n.º 176/2014, de 12/12 (*introduz a disciplina de inglês no currículo, como disciplina obrigatória a partir do 3º ano de escolaridade, bem como à definição da habilitação profissional para lecionar inglês no 1º ciclo e à criação de um novo grupo de recrutamento – altera DL n.º 139/2012*)  
Despacho Normativo n.º 1/2015, de 6/01 (*princípios e procedimentos a observar no regime de avaliação e certificação dos alunos dos cursos científico-tecnológicos com planos próprios de nível de secundário de educação, ministrados em estabelecimentos de ensino público, particular e cooperativo*)  
Declaração de Retificação n.º 59/2015, de 21/01 (*Retifica DN n.º 1/2015*)  
Despacho Normativo n.º 6-A/2015, de 5/03 (*Regulamentos de funcionamento do júri nacional de exames e das provas e dos exames dos ensinos básico e secundário – Revogado pelo Despacho Normativo n.º 1-D/2016 e pelo Despacho Normativo n.º 1-G/2016*)  
Despacho Normativo n.º 1-D/2016, de 4/03 (*Aprova o regulamento do júri nacional de exames e o regulamento das provas e dos exames do ensino secundário - revogado pelo Despacho Normativo n.º 1-A/2017*)  
Despacho Normativo n.º 1-G/2016, de 6/04 (*Regulamento das provas de aferição, provas finais do 3º ciclo e provas de equivalência à frequência dos 3 ciclos do ensino básico – revogado pelo Despacho Normativo n.º 1-A/2017*)  
Despacho Normativo n.º 17-A/2015, de 22/09 (*Regulamenta o DL 139/2012 - avaliação dos conhecimentos e das capacidades dos alunos e medidas de promoção ao sucesso escolar – Revogado pelo Despacho Normativo n.º 1-F/2016*)  
Decreto-Lei n.º 17/2016, de 4/04 (*altera o Decreto-Lei n.º 139/2012*)  
Despacho Normativo n.º 1-F/2016, de 5/04 (*Regulamenta o DL 139/2012 - avaliação dos conhecimentos e das capacidades dos alunos e medidas de promoção ao sucesso escolar*)  
Despacho Normativo n.º 1-A/2017, de 10/02 (*Aprova o Regulamento das provas de avaliação externa e das provas de equivalência à frequência dos ensinos básico e secundário – Revogado pelo Despacho Normativo n.º 4-A/2018*)  
Despacho Normativo n.º 4-A/2018, de 14/02 (*Regras e procedimentos gerais a que deve obedecer a realização das provas de aferição, das provas finais, dos exames finais nacionais, das provas de equivalência à frequência dos ensinos básicos e secundário e das provas finais e exames a nível da escola – revoga Despacho Normativo n.º 1-A/2017*)

## **CONCURSOS**

Decreto-Lei n.º 35/88, de 4/02 (*mantém-se em vigor o art.º 75º*)  
Decreto-Lei n.º 407/89, de 16/11  
Decreto-Lei n.º 384/93, de 18/11 (*mantém-se em vigor os art.ºs 1º a 14º*)  
Decreto-Lei n.º 41/97, de 6/02  
Decreto-Lei n.º 29/01, de 3/02  
Despacho Normativo n.º 2/03, de 27/01  
Despacho n.º 9493/04, de 14/05  
Decreto-Lei n.º 20/2006, de 31/01 (*regime jurídico dos concursos – Revogado pelo Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27/06*)  
Decreto-Lei n.º 27/2006, de 10/02 (*grupos de recrutamento*)  
Declaração de Retificação n.º 18/2006, de 23/03  
Decreto-Lei n.º 35/2007, de 15/02 (*Contratação a Termo – altera DL n.º 20/2006 - Revogado pelo Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27/06*)  
Despacho n.º 7834/07, de 30/04  
Decreto-Lei n.º 51/2009, de 27/02 (*altera e republica o DL n.º 20/2006 – Regime Jurídico dos Concursos - Revogado pelo Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27/06*)  
Portaria n.º 365/2009, de 7/04 (*Procedimento concursal para os quadros dos Agrupamentos de Escolas Prioritárias*)  
DL 270/2009, de 30/09 (*aditamento do art.º 64º-B ao DL 20/2006*)  
Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27/06 (*Regime Jurídico do Recrutamento e Mobilidade do Pessoal Docente*)  
Despacho n.º 866/2013, de 16/01 (*critérios que devem ser observados na graduação dos candidatos da educação especial*)  
Decreto-Lei n.º 7/2013, de 17/01 (*concurso excecional para ingresso em lugar de quadro*)  
Portaria n.º 22-A/2013, de 23/01 (*número de vagas atribuídas a cada um dos QZP para efeitos do concurso extraordinário regulado pelo DL n.º 7/2013*)  
Declaração de Retificação n.º 6/2013, de 30/01 (*retifica o DL n.º 7/2013*)

Portaria n.º 156-A/2013, de 19/04 (*Fixa o número de vagas de cada um dos quadros de agrupamento de escolas e escolas não agrupadas, a preencher pelo concurso externo e interno, no ano escolar de 2013/2014*)  
Portaria n.º 156-B/2013, de 19/04 (*extinção dos QZP existentes e criação de novos 10 QZP*)  
Decreto-Lei n.º 146/2013, de 22/10 (*altera ECD e DL n.º 132/2012*)  
Lei n.º 80/2013, de 31/11 (*altera o DL n.º 132/2012*)  
Decreto-Lei n.º 60/2014, de 22/04 (*Regime excecional destinado à seleção e recrutamento de pessoal docente*)  
Decreto-Lei n.º 83-A/2014, de 23/05 (*3ª alteração ao DL n.º 132/2012 e republicação*)  
Declaração de Retificação n.º 36/2014, de 22/07 (*Retifica o DL n.º 83-A/2014*)  
Decreto-Lei n.º 176/2014, de 12/12 (*introduz a disciplina de inglês no currículo, como disciplina obrigatória a partir do 3º ano de escolaridade, bem como à definição da habilitação profissional para lecionar inglês no 1º ciclo e à criação de um novo grupo de recrutamento – altera Decreto-Lei n.º 27/2006*)  
Decreto-Lei n.º 9/2016, de 7/03 (*4ª alteração ao alteração ao DL n.º 132/2012*)  
Lei n.º 12/2016, de 28/04 (*5ª alteração ao alteração ao DL n.º 132/2012*)  
Decreto-Lei n.º 28/2017, de 15/03 (*6ª alteração ao DL n.º 132/2012 – republicação*)  
Portaria n.º 129-A/2017, de 5/04 (*Regulamenta o concurso de integração extraordinária para a seleção e o recrutamento do pessoal docente com contrato a termo resolutivo nos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário da rede do ME – previsto no DL n.º 28/2017*)  
Lei n.º 114/17, de 29/12 (*OE para 2018 – altera o DL n.º 132/2012 que Estipula o Regime Jurídico do Recrutamento e Mobilidade do Pessoal Docente*)  
Decreto-Lei n.º 16/2018, de 7/03 (*cria o grupo de recrutamento da língua gestual portuguesa – LGP – 2ª alteração ao DL n.º 27/2006 e 2ª alteração ao DL 79/2014*)  
Decreto-Lei n.º 15/2018, de 7/03 (*aprova o regime de seleção e recrutamento de docentes do ensino artístico especializado da música e da dança – aprova ainda o concurso extraordinário de vinculação, o concurso interno antecipado e concurso externo extraordinário*)  
Lei n.º 17/2018, de 19/04 (*1ª alteração ao DL n.º 15/2018*)

## **MOBILIDADE**

Decreto-Lei n.º 559/76, de 16/07 (*destacamento e requisição de funcionários para participação em provas desportivas*)  
Portaria n.º 622-A/92, de 30/06 (*permuta - Revogado pelo Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27/06*)  
Despacho Conjunto n.º 216/ME/MESS/92, de 23/10 (*mobilidade aplicável aos docentes que exercem funções, no âmbito da educação especial, em instituições particulares de solidariedade social*)  
Despacho Conjunto n.º 228/SERE/SESS/92, de 19/01 (*requisição de professores para as instituições particulares de solidariedade social*)  
Despacho Conjunto n.º 300/98, de 22/04 (*destacamento do pessoal docente nas escolas europeias*)  
Despacho Conjunto n.º 451/99, de 1/06 (*destacamento para ensino nas prisões*)  
Despacho n.º 10092/99, de 21/05 (*destacamento por gravidez de risco*)  
Decreto-Lei n.º 417/99, de 21/10 (*mobilidade de professores para o Ministério da Defesa*)  
Decreto-Lei n.º 126/2000, de 05/07 (*docentes dos quadros do Ministério da Saúde*)  
Ofício Circular da DGRHE n.º 56/2006, de 18/09 (*mobilidade por gravidez de risco*)  
Decreto-Lei n.º 224/2006, de 13/11 (*Mobilidade especial dos docentes declarados incapazes para o exercício das suas funções, mas aptos para o desempenho de outras*)  
Lei n.º 53/2006, de 7/12 (*mobilidade em geral para os funcionários da Administração Pública*)  
Despacho n.º 16735/2007 (*Destacamento especial por doença ou deficiência - derogado*)  
Portaria n.º 1499-A/2007, de 21/11 (*Regula a Lei n.º 53/2006*)  
Lei n.º 11/2008, de 20/02 (*altera a Lei n.º 53/2006*)  
Decreto-Lei n.º 124/2008, de 15/07 (*altera e republica o DL n.º 224/2006*)  
Despacho n.º 13399/2009, 8/06 (*Regras e procedimentos para o destacamento e requisição de docentes - mobilidade*)  
Portaria n.º 182/2011, de 5/05 (*altera o regime anexo à Portaria n.º 1499-A/2007*)  
Despacho n.º 7960/2013, de 19/06 (*Mobilidade por motivo de doença dos docentes de carreira dos estabelecimentos de ensino da rede pública de Portugal Continental e das Regiões Autónomas*)  
Lei n.º 80/2013, de 28/11 (*Estabelece o regime jurídico da requalificação de trabalhadores em funções públicas – revogada pela Lei n.º 25/2017, de 30/05*)  
Portaria n.º 48/2014, de 26/02 (*Regulamenta os termos e a tramitação do procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação, previsto no art.º 24º da lei n.º 80/2013*)  
Despacho n.º 4773/2015, de 8/05 (*Mobilidade por motivo de doença dos docentes de carreira dos estabelecimentos de ensino da rede pública de Portugal Continental e das Regiões Autónomas - revogado*)

Despacho n.º 11970-B/2015, de 23/10 (*Declarações médicas para efeitos de mobilidade por doença*)  
Lei n.º 12/2016, de 28/04 (*Elimina a requalificação de docentes, procedendo à 1ª alteração à Lei n.º 80/2013*)  
Despacho n.º 9004-A/2016, de 13/07 (*Mobilidade por motivo de doença dos docentes de carreira dos estabelecimentos de ensino da rede pública de Portugal Continental e das Regiões Autónomas – revoga Despacho n.º 4773/2015*)  
Lei n.º 25/2017, de 30/05 (*Aprova o regime da valorização profissional dos trabalhadores com vínculo de emprego público – revoga a Lei 80/2013*)  
Portaria n.º 172/2017, de 30/06 (*Define as condições em que pode ser autorizado o recurso à permuta, prevista no Estatuto da Carreira Docente, pelos docentes de carreira*)

## **CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES**

Decreto-Lei n.º 141/82, de 23/04 (*Subsídios de natal e férias dos contratados*)  
Portaria n.º 367/98, de 29/06 (*Regime de contratação administrativa de docentes para satisfação de necessidades residuais das escolas - Cíclicas*)  
Portaria n.º 1042/99, de 26/11 (*remuneração dos docentes contratados*)  
Decreto-Lei n.º 67/2000, de 26/04 (*subsídio de desemprego dos docentes contratados*)  
Portaria n.º 989/2000, de 14/09 (*taxa contributiva dos contratados*)  
Portaria n.º 1046/2004, de 16/08 (*altera e republica a Portaria n.º 367/98*)  
Ofício Circular n.º 72/2006, de 25/10 (*DREL – contratação de pessoal docente completamento de horários de docentes contratados orientações sobre a aplicação do despacho interno n.º 3-SEE/2006, de 10/10*)  
Decreto-Lei n.º 220/2006, de 3/11 (*Proteção no desemprego*)  
Portaria n.º 8-B/07, de 3/01  
Circular Conjunta (DGRHE/GGF) n.º 2/2007 (*índice de vencimento de professores contratos e técnicos especializados*)  
Decreto-Lei n.º 35/2007, de 15/02 (*contratação a termo – anteriores ofertas de escola - Revogado pelo Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27/06*)  
Decreto Regulamentar n.º 3/2008, de 21/01 (*Prova de avaliação de conhecimentos e competências*)  
Despacho n.º 8774/2008, de 26/03 (*Colocações plurianuais e renovação de contratos*)  
Circular da DGRHE, de 17/02/2008 (*Licença de maternidade do pessoal docente contratado*)  
Decreto-Lei n.º 212/2009, de 3/09 (*técnicos contratados para as AECs em conjugação com os municípios*)  
Decreto-Lei n.º 169/2015, de 24/08 (*altera e republica o DL n.º 212/2009*)  
Despacho n.º 13660-M/2015, de 24/11 (*Suspende a PACC*)  
Lei n.º 16/2016, de 17/06 (*Revoga a prova de avaliação de conhecimentos e capacidades*)  
Decreto-Lei n.º 169/2015, de 24/08 (*1ª alteração ao DL n.º 212/2009*)  
Aviso n.º 16015-C/2016, de 23/12 (*Ressarcimento do valor pago pela PACC*)

## **LEI GERAL DO TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS**

Lei n.º 35/2014, de 20/06 (*Aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP) – Revoga a Lei n.º 59/2008*)  
Lei n.º 82-B/2014, de 31/12 – Orçamento de Estado para 2015 (*revoga o art.º 6º da Lei n.º 35/2014, sendo ripristinado o art.º 5º da Lei n.º 11/2014*)  
Lei n.º 84/2015, de 7/08 (*altera a LTFP, consagrando a meia jornada como nova modalidade de horário de trabalho*)  
Lei n.º 18/2016, de 20/06 (*altera a LTFP, estabelece as 35 horas como período normal de trabalho dos trabalhadores em funções públicas*)  
Lei n.º 42/2016, de 28/12 – aprova o Orçamento de Estado para 2017 (*altera a LTFP*)  
Lei n.º 25/2017, de 30/5 (*altera a Lei n.º 35/2014 e a LTFP – aprova o regime de valorização profissional dos trabalhadores com vínculo de emprego público*)  
Lei n.º 70/2017, de 14/08 (*5ª alteração LGTP – excluindo a Polícia Judiciária e o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras do respetivo âmbito de aplicação*)  
Lei n.º 73/2017, de 16/08 (*6ª alteração LGTP – Prevenção da prática de assédio*)

## **CÓDIGO DO TRABALHO**

Lei n.º 7/2009, de 12/02  
Declaração de Retificação n.º 21/2009, de 18/03



Lei n.º 105/2009, de 14/09 (*Regulamenta e altera o Código do Trabalho*)  
Lei n.º 53/2011, de 14/10 (*segunda alteração ao Código do Trabalho*)  
Lei n.º 3/2012, de 10/01 (*Estabelece um regime de renovação extraordinária dos contratos de trabalho a termo certo, bem como o regime e o modo de cálculo da compensação aplicável aos contratos objeto dessa renovação*)  
Lei n.º 23/2012, de 25/06 (*terceira alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12/02*)  
Declaração de Retificação n.º 38/2012, de 23/07 (*retifica a Lei n.º 23/2012*)  
Lei n.º 11/2013, de 28/01 (*Estabelece um regime temporário de pagamento dos subsídios de Natal e de férias para vigorar durante o ano de 2013*)  
Lei n.º 69/2013, de 30/08 (*5ª alteração ao Código do Trabalho, ajustando o valor da compensação devida pela cessação do contrato de trabalho*)  
Lei n.º 76/2013, de 7/11 (*Estabelece um regime de renovação extraordinária dos contratos de trabalho a termo certo, bem como o regime e o modo de cálculo da compensação aplicável aos contratos objeto dessa renovação*)  
Lei n.º 27/2014, de 8/05 (*Procede à 6ª alteração ao Código do Trabalho*)  
Lei n.º 48-A/2014, de 31/07 (*Prorroga o prazo de suspensão das disposições de instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho e das cláusulas de contrato de trabalho – 2ª alteração à Lei 23/2012*)  
Lei n.º 55/2014, de 25/08 (*Procede à 7ª alteração ao Código do Trabalho*)  
Lei n.º 28/2015, de 14/04 (*Procede à 8ª alteração ao Código do Trabalho*)  
Decreto-Lei n.º 59/2015, de 21/04 (*Aprova o novo regime do Fundo de Garantia Salarial, previsto no art.º 336º do Código do Trabalho*)  
Lei n.º 120/2015, de 1/09 (*Procede à 9ª alteração ao Código do Trabalho, reforçando os direitos de maternidade e paternidade*)  
Lei n.º 133/2015, de 7/09 (*Cria um mecanismo para proteção das trabalhadoras grávidas, puérperas e lactantes*)  
Lei n.º 8/2016, de 1/04 (*Procede à 10ª alteração ao Código do Trabalho, restabelecendo feriados nacionais*)  
Lei n.º 28/2016, de 23/08 (*procede à 11ª alteração ao Código do Trabalho – combate as formas modernas de trabalho forçado*)  
Resolução do Conselho de Ministros n.º 82/2017, de 9/06 (*Estabelece critérios para emissão de portarias de extensão de convenção coletiva*)  
Lei n.º 73/2017, de 16/08 (*12ª alteração Código do Trabalho – Prevenção da prática de assédio*)  
Lei n.º 14/2018, de 19/03 - *13ª alteração ao Código do Trabalho (altera o regime jurídico aplicável à transmissão de empresa ou estabelecimento e reforça os direitos dos trabalhadores)*

## **FÉRIAS, FALTAS E LICENÇAS**

Decreto-Lei n.º 89/77, de 08/03 (*doenças infecto-contagiosas*)  
Despacho Conjunto n.º 179-A /89 XI, de 22/09 (*doenças incapacitantes*)  
Portaria n.º 1213/92, de 24/12 (*doenças profissionais*)  
Decreto-Lei n.º 229/94, de 13/09 (*doenças infecto-contagiosas*)  
Decreto Regulamentar n.º 3/95, de 27/01 (*doenças infecto-contagiosas*)  
Decreto-Lei n.º 100/99, de 31/03 (*Regime Geral das férias, faltas e licenças para os funcionários públicos*)  
Lei n.º 117/99, de 11/08 (*alteração ao Decreto-Lei n.º 100/99*)  
Decreto-Lei n.º 503/99, de 20/11 (*acidentes em serviço e doenças profissionais no âmbito da Administração Pública*)  
Decreto-Lei n.º 70-A/2000, de 5/05 (*altera o Decreto-Lei n.º 100/99*)  
Decreto-Lei n.º 157/2001, de 11/05 (*altera o Decreto-Lei n.º 100/99 - direito a férias*)  
Decreto-Lei n.º 167/2006, de 17/08 (*altera o Decreto-Lei n.º 100/99 – adita o art.º 73º-A*)  
Ofício-Circular n.º 3/2006, de 9/01 (*DGRHE- alteração do procedimento para justificação de faltas do pessoal docente e não docente por motivo de gravidez de risco*)  
Ofício-Circular n.º 15 de 08/02/2006 (*determinação do nº de faltas correspondentes a um dia*)  
Despacho n.º 6673/2006, de 23/03 (*Abono do Vencimento do exercício perdido*)  
Ofício-Circular n.º 5/GGF/2007, de 13/03 (*Efeitos Remuneratórios das faltas para assistência a membros do agregado familiar e filhos com mais de 10 anos*)  
Decreto-Lei n.º 181/2007, de 19/05 (*altera o Decreto-Lei n.º 100/99 - procedimento relativo à justificação da doença e respetivos meios de prova*)  
Portaria n.º 666-A/2007, de 01/06 (*modelo de declaração comprovativa de doença*)  
Decreto-Lei n.º 377/2007, de 09/11 (*alteração da composição das juntas médicas e das comissões de verificação no âmbito da Segurança Social*)

Portaria n.º 96-B/2008, de 30/01 (*aspetos procedimentais para a aplicação do Decreto-Lei n.º 377/2007, de 09/11*)  
Lei n.º 59/2008, de 11/09 (*Regime do contrato de trabalho em funções públicas – altera o DL n.º 503/99 (acidentes em serviço e doenças profissionais) e o DL n.º 100/99*)  
Decreto-Lei n.º 89/2009, de 9/04 (*Regulamenta a proteção da parentalidade no regime de proteção social convergente*)  
Decreto-Lei n.º 91/2009, de 9/04 (*Regulamenta a proteção da parentalidade no regime privado – sistema previdencial e do subsistema de solidariedade – aplicável a docentes contratados e ensino particular*)  
Lei n.º 66/2012, de 31/12 (*altera a Lei 12-A/2008, a L 59/2008, o DL 100/99, entre outros*)  
Lei n.º 66-B/2012, de 31/12 - Orçamento de Estado para 2013 (*altera o DL 100/99*)  
Lei n.º 11/2014, de 6/03 (*Estabelece mecanismos de convergência do regime de proteção social da função pública com o regime geral da segurança social – procede à 3ª alteração ao DL n.º 503/99 – Acidentes em Serviço*)  
Lei n.º 35/2014, de 20/06 (*Aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas – Revoga o DL n.º 100/99*)  
Lei n.º 120/2015, de 1/09 (*altera DL n.º 89/2009 e DL n.º 91/2009*)  
Lei n.º 133/2015, de 7/09 (*Cria um mecanismo para proteção das trabalhadoras grávidas, puérperas e lactantes*)  
Nota Informativa da DGAE, de 2/05/2018 (*Direito a férias do pessoal docente após o termo da licença de parentalidade*)

### **EQUIPARAÇÃO A BOLSEIRO**

Decreto-Lei n.º 272/88, de 03/08  
Despacho n.º 107/ME/89, de 31/05  
Decreto-Lei n.º 282/89, de 23/08  
Despacho Normativo n.º 23/98, de 01/04 (*aprova o regulamento de equiparação a bolseiro. Revoga o despacho nº 208/ME/88, de 27/12, publicado no DR, II série, de 10/01/89*)  
Lei n.º 40/2004, de 18/08 (*Estatuto do Bolseiro de Investigação*)  
Despacho Normativo n.º 40/2005, de 02/08 (*altera o regulamento de equiparação a bolseiro*)  
Portaria n.º 841/2009, de 3/08 (*Aprova o regulamento de equiparação a bolseiro. Revoga o despacho normativo nº 23/98*)  
Decreto-Lei n.º 202/2012, de 27/08 (*altera o Estatuto do Bolseiro de Investigação aprovado pela Lei n.º 40/2004*)  
Decreto-Lei n.º 233/2012, de 29/10 (*Procede ao diferimento da produção de efeitos das alterações efetuadas pelo DL n.º 202/2012*)  
Decreto-Lei n.º 12/2013, de 29/01 (*altera os art.ºs 5º-A e 17º do Estatuto do Bolseiro de Investigação com a redação dada pelo DL n.º 202/2012*)

### **LICENÇA SABÁTICA**

Portaria n.º 350/2008, de 05/05 (*art.º 108º do ECD – Regime jurídico da Licença Sabática*)

### **PROFISSIONALIZAÇÃO, ESTÁGIOS DO RAMO DE FORMAÇÃO EDUCACIONAL E DAS LICENCIATURAS EM ENSINO**

Decreto-Lei n.º 287/88, de 19/08  
Portaria nº 659/88, de 29/09  
Decreto-Lei n.º 345/89, de 11/10 (*altera o DL n.º 287/88*)  
Portaria n.º 718/95, de 05/07 (*altera o nº 5 da Portaria nº 659/88, de 29/09 – regula o estágio pedagógico dos ramos de formação educacional dos cursos de licenciatura das Faculdades de Letras e de Ciências Sociais e Humanas e do curso de licenciatura em Ensino de Geografia da Faculdade de Letras de Lisboa*)  
Decreto-Lei n.º 127/2000, de 06/07 (*altera o DL n.º 287/88*)  
Despacho 6365/2005, de 07/03 (*acesso à profissionalização*)  
Circular n.º 3/2006, de 10/08 (*DGRHE – Profissionalização em serviço – tempo de serviço dos docentes do QZP e QE que concluíram o 1º ano de profissionalização em serviço*)  
Despacho n.º 4277/2007, de 08/03 (*Dispensa da profissionalização em serviço*)  
Despacho n.º 14940/2008, de 29/05 (*Dispensa da profissionalização em serviço*)  
Despacho n.º 18040/2008, de 4/07 (*Dispensa da profissionalização em serviço*)  
Despacho n.º 10151/2009, de 16/04 (*Reconhecimento do curso de profissionalização em serviço ministrado pela Universidade Aberta*)  
Despacho n.º 4037/2010, de 5/03 (*altera o Despacho n.º 10151/2009*)

Despacho n.º 10811/2011, de 1/09 (*Dispensa da profissionalização em serviço – ensino particular*)  
Despacho n.º 2146/2012, de 14/02 (*Reconhecimento do curso de profissionalização em serviço ministrado pelo Instituto de Educação da Universidade de Lisboa*)  
Despacho n.º 2283/2012, de 15/02 (*Reconhecimento do curso de profissionalização em serviço ministrado pela Universidade Aberta*)  
Despacho n.º 747/2015, de 23/01 (*Prorroga até final do ano escolar 2016/2017 a profissionalização prevista no n.º 4 do Despacho n.º 18040/2008*)

## **APOSENTAÇÃO**

Decreto-Lei n.º 498/72, de 09/12 (*Estatuto da aposentação*)  
Decreto-Lei n.º 191-A/79, de 25/06 (*alteração à Lei da aposentação*)  
Decreto-Lei n.º 214/83, de 25/05 (*alteração ao estatuto da aposentação*)  
Decreto-Lei n.º 215/87, de 29/05  
Decreto-Lei n.º 321/88, de 22/09 (*inscrição na Caixa Nacional de Pensões*)  
Decreto-lei n.º 286/93, de 20/08  
Decreto-Lei n.º 216/98, de 16/07 (*acesso à pensão de invalidez por parte de pessoas infetadas com HIV*)  
Decreto-Lei n.º 361/98, de 18/11 (*regime jurídico da pensão unificada*)  
Lei n.º 39/99, de 26/05 (*atualização de pensões de aposentação*)  
Decreto-Lei n.º 165/2000, de 05/08 (*atualização de pensões*)  
Decreto-Lei n.º 173/2001, de 31/05 (*proteção em caso de paramiloidose, doença oncológica, esclerose múltipla*)  
Lei n.º 1/2004, de 15/01 (*altera o Estatuto da Aposentação*)  
Decreto-Lei n.º 179/2005, de 2/11 (*altera o Estatuto da Aposentação*)  
Decreto-lei n.º 229/05, de 29/12 (*altera o Estatuto da Aposentação*)  
Decreto-Lei n.º 229/2005, de 29/12 (*alteração do regime da aposentação da monodocência*)  
Lei n.º 60/2005, de 29/12 (*mecanismos de convergência da proteção social da função pública com o regime geral da Segurança Social*)  
Despacho Normativo n.º 5/2006, de 30/01 (*define o montante de prestações mínimas no pagamento das dívidas de cotas à Caixa Geral de Aposentações, por contagem de tempo de serviço*)  
Decreto-Lei n.º 55/2006, de 15/03 (*define as regras de execução da lei n.º 60/2005*)  
Portaria n.º 464/2006, de 22/05 (*Atualiza os coeficientes de revalorização das remunerações que constituem base de cálculo das pensões*)  
Ofício-Circular n.º 28/2007 - DRELVT, de 14/05 (*Aplicabilidade do Regime Jurídico aprovado pelo Decreto-Lei n.º 503/99, de 20/11, aos docentes com vínculo laboral de Direito Público que não descontam para a CGA*)  
Lei n.º 52/2007, de 31/08 (*Adapta o Regime da CGA ao Regime geral da segurança Social*)  
Ofício Circular n.º 12/GGF/2007, de 26/09 (*termo de serviço e divulgação da aposentação*)  
Decreto-Lei n.º 377/2007, de 09/11 (*Composição das Juntas Médicas*)  
Decreto Regulamentar n.º 1/2008, de 10/01 (*Define a composição e competências do Conselho Médico do Sistema de Verificação de Incapacidade Permanente da Caixa Geral de Aposentações*)  
Portaria n.º 30-A/2008 de 10/01 (*Aumento das contribuições para a CGA*)  
Portaria n.º 96-B/2008, de 30/01 (*Procedimentos necessários à integral execução do Dec. Lei n.º 377/2007, de 09/11 – Forma de colaboração do Instituto de Segurança Social no sistema de verificação de incapacidade permanente da CGA*)  
Decreto-Lei n.º 26/2008, de 20/02 (*Cria o Fundo Público de Reforma*)  
Lei n.º 11/2008, de 20/02 (*altera o Estatuto da Aposentação, procede à 2ª alteração à Lei n.º 60/2005, de 29/12, procede à 1ª alteração à Lei n.º 52/2007, de 31/08*)  
Decreto-Lei n.º 124/2009, de 21/05 (*Trabalho voluntário nas escolas realizado por docentes aposentados*)  
Lei n.º 77/2009, de 13/08 (*regime especial de aposentação para os educadores e professores do 1º ciclo – altera DL n.º 229/2005*)  
Decreto-Lei n.º 238/2009, de 16/09 (*altera o Estatuto da Aposentação*)  
Lei n.º 3-B/2010, de 28/04 (*Orçamento de Estado - altera o Estatuto da Aposentação*)  
Decreto-Lei n.º 137/2010, de 28/12 (*medidas adicionais de redução da despesa – altera Estatuto da Aposentação*)  
Portaria n.º 159/2011, de 15/04 (*Termos a que deve obedecer a autorização de exercício de funções públicas a que se refere o art.º 78º, n.º 7 do Estatuto da Aposentação*)  
Lei n.º 66-B/2012, de 31/12 - Orçamento do Estado para 2013 (*altera o Decreto-Lei n.º 498/72, de 09/12 - Estatuto da Aposentação*)  
Lei n.º 83-C/2012, de 31/12 – Orçamento do Estado para 2014 (*altera o Decreto-Lei n.º 498/72, de 09/12 - Estatuto da Aposentação*)

Lei n.º 11/2014, de 6/03 (*Estabelece mecanismos de convergência do regime de proteção social da função pública com o regime geral da segurança social – 4ª alteração à Lei n.º 60/2005 e altera o Decreto-Lei n.º 498/72, de 09/12 - Estatuto da Aposentação*)

Lei n.º 13/2014, de 13/03 (*altera a Lei n.º 83-C/2013 – Orçamento do Estado para 2014 – Contribuição Extraordinária de Solidariedade*)

Lei n.º 71/2014, de 1/09 (*Repõe o regime especial de aposentação para educadores de infância e professores do 1º ciclo do ensino básico do ensino público em regime de monodocência que concluíram o curso do Magistério Primário e da Educação de Infância em 1975 e 1976*)

Lei n.º 82-B/2014, de 31/12 – Orçamento do Estado para 2015 (*Contribuição extraordinária de solidariedade - altera o Estatuto da Aposentação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 498/72, de 09/12 – altera a Lei 52/2007*)

Decreto-Lei n.º 28/2015, de 10/02 (*Transfere a superintendência e tutela da CGA do Ministério das Finanças para o Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social*)

Lei n.º 159-B/2015, de 30/12 (*Estabelece a extinção da contribuição extraordinária de solidariedade, prevista no art.º 79º da lei n.º 82-B/2014*)

Lei n.º 7-A/2016, de 30/3 (*Lei do Orçamento de Estado para 2016 – Fator de sustentabilidade e tempo relevante para aposentação – artigos 37º e 38º*)

Lei n.º 42/2016, DE 28/12 (*Lei do Orçamento de Estado para 2017 – Fator de sustentabilidade e tempo relevante para aposentação – artigos 53º e 54º*)

Decreto-Lei n.º 126-B/2017, de 6/10 (*Regime especial de acesso antecipado à pensão de velhice no regime convergente e geral – altera o Estatuto de Aposentação e outros diplomas*)

## **REGIME DE PROTEÇÃO SOCIAL / CONVERGÊNCIA / SEGURANÇA SOCIAL**

Decreto-Lei n.º 176/2003, de 2/08 (*Proteção social nos encargos familiares – alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 133/2012, de 27/06*)

Decreto-Lei n.º 28/2004, de 4/02 (*proteção social na doença – pagamentos - alterado pelo Decreto-Lei n.º 133/2012, de 27/06*)

Decreto-Lei n.º 146/2005, de 25/08 (*altera DL n.º 28/2004*)

Lei n.º 60/2005, de 29/12 (*mecanismos de convergência da proteção social da função pública com o regime geral da Segurança Social*)

Decreto-Lei n.º 117/2006, de 20/06 (*Define a transição do regime obrigatório de proteção social aplicável aos funcionários públicos para o regime geral de segurança social dos trabalhadores por conta de outrem*)

Lei n.º 4/2007, de 16/01 (*Aprova as bases gerais do sistema de segurança social*)

Portaria n.º 168/2007, de 5/02 (*Normas de execução aplicáveis ao DL n.º 117/2006*)

Decreto-Lei n.º 122/2007, de 27/04 (*Ação social complementar dos trabalhadores da função pública*)

Decreto-Lei n.º 187/2007, de 10/05 (*Define e regulamenta o regime jurídico de proteção nas eventualidades de invalidez e velhice do regime geral de segurança social*)

Decreto-Lei n.º 308-A/2007, de 5/09 (*Abono de família pré-natal*)

Decreto-Lei n.º 377/2007, de 9/11 (*Composição das juntas médicas – uniformiza os procedimentos de verificação das incapacidades da CGA e da Segurança Social*)

Portaria n.º 96-B/2008, de 30/01 (*Procedimentos necessários à execução do DL n.º 377/2007*)

Decreto-Lei n.º 87/2008, de 28/05 (*1ª alteração ao DL n.º 176/2003 – abono de família*)

Portaria n.º 425/2008, de 16/06 (*Atualização extraordinária do montante das prestações do abono de família*)

Decreto-Lei n.º 105/2008, de 25/06 (*Subsídios sociais de maternidade, paternidade, adoção e riscos específicos*)

Decreto-Lei n.º 245/2008, de 18/12 (*altera e republica o DL n.º 176/2003 – encargos familiares*)

Lei n.º 4/2009, de 29/01 (*Define a proteção social convergente dos trabalhadores que exercem funções públicas*)

Decreto-Lei n.º 89/2009, de 9/04 (*Regulamenta a proteção da parentalidade no regime de proteção social convergente - alterado pelo Decreto-Lei n.º 133/2012, de 27/06*)

Decreto-Lei n.º 91/2009, de 9/04 (*Regulamenta a proteção da parentalidade no regime privado – sistema providencial e do subsistema de solidariedade – aplicável a docentes contratados e outros - alterado pelo Decreto-Lei n.º 133/2012, de 27/06*)

Portaria n.º 511/2009, de 14/05 (*fixa os montantes das prestações por encargos familiares a partir de 2009 – abonos*)

Lei n.º 110/2009, de 16/09 (*Código dos Regimes Contributivos do Sistema Providencial de Segurança Social*)

Decreto-Lei n.º 302/2009, de 22/10 (*2ª alteração ao DL n.º 302/2009, de 22/10 – proteção social na doença*)

Decreto-Lei n.º 70/2010, de 16/06 (*Regras para determinação dos rendimentos a ter em conta para atribuição de vários subsídios (altera DL n.º 176/2003, DL n.º 91/2009) - alterado pelo Decreto-Lei n.º 133/2012, de 27/06*)

Decreto-Lei n.º 116/2010, de 22/10 (*altera DL n.º 176/2003 – cessa a atribuição do abono de família correspondente aos 4º e 5º escalões de rendimentos e elimina a majoração de 25% para o valor dos 1º e 2º escalões do abono de família para crianças e jovens instituída pela Portaria n.º 425/2008*)

Portaria n.º 1113/2010, de 28/10 (*Fixa os montantes do abono de família regulado pelo DL n.º 176/2003*)

Decreto Regulamentar n.º 1-A/2011, de 3/01 (*Regula o Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social*)

Portaria n.º 66/2011, de 4/02 (*Define os procedimentos, os elementos e os meios de prova necessários à inscrição, ao enquadramento e ao cumprimento da obrigação contributiva previstos no Decreto Regulamentar n.º 1-A/2011*)

Lei n.º 20/2012, de 14/05 (*altera Lei n.º 110/2009, de 16/09*)

Decreto-Lei n.º 133/2012, de 27/06 (*Altera os regimes jurídicos de proteção social nas eventualidades de doença, maternidade, paternidade e adoção e morte previstas no sistema previdencial, de encargos familiares do subsistema de proteção familiar e do rendimento social de inserção, o regime jurídico que regula a restituição de prestações indevidamente pagas e a lei da condição de recursos, no âmbito do sistema de segurança social, e o estatuto das pensões de sobrevivência e o regime jurídico de proteção social na eventualidade de maternidade, paternidade e adoção no âmbito do regime de proteção social convergente*)

Portaria n.º 207/2012, de 6/07 (*incentivo à aceitação de ofertas de emprego*)

Decreto-Lei n.º 213/2012, de 25/09 (*dividas à segurança social – regime de exceção*)

Decreto Regulamentar n.º 50/2012, de 25/09 (*altera o DR 1-A/2011*)

Portaria n.º 344/2012, de 26/10 (*reavaliação dos escalões de rendimento para efeitos de abono de família*)

Lei n.º 66-B/2012, de 31/12 - Orçamento de Estado para 2013 (*altera a L n.º 60/2005*)

Lei n.º 66-B/2012 – Orçamento de Estado para 2013 (*altera a Lei n.º 110/2009 - Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social*)

Decreto Regulamentar n.º 6/2013, de 15/10 (*altera o Decreto Regulamentar n.º 1-A/2011*)

Lei n.º 83-C/2013, de 31/12 (*Orçamento de Estado para 2014 – altera o Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social aprovado pela Lei n.º 110/2009*)

Portaria n.º 378-G/2013, de 31/12 (*Define a o fator de sustentabilidade e a idade normal de acesso à pensão de velhice em 2014 e 2015*)

Decreto-Lei n.º 167-E/2013, de 31/12 (*Altera vários regimes de proteção social na eventualidade de invalidez, velhice e desemprego*)

Lei n.º 83-C/2013, de 31/12 – Orçamento do Estado para 2014

Lei n.º 11/2014, de 6/03 (*Estabelece mecanismos de convergência do regime de proteção social da função pública com o regime geral da segurança social – 4ª alteração à Lei n.º 60/2005 e altera o Decreto-Lei n.º 498/72, de 09/12 - Estatuto da Aposentação*)

Lei n.º 13/2014, de 13/03 (*altera a Lei n.º 83-C/2013 – Orçamento do Estado para 2014*)

Portaria n.º 277/2014, de 26/12 (*Idade normal de acesso à pensão de velhice em 2016 e Fator de Sustentabilidade – Revogada pela Portaria n.º 67/2016*)

Lei n.º 82-B/2014, de 31/12 – Orçamento do Estado para 2015

Decreto-Lei n.º 8/2015, de 14/01 (*condições que vigoram durante 2015 para o reconhecimento do direito à antecipação da idade de pensão de velhice no âmbito do regime de flexibilização – altera DL n.º 187/2007*)

Decreto-Lei n.º 254-A/2015, de 31/12 (*Retribuição mínima garantida a partir de 2016*)

Decreto-Lei n.º 10/2016, de 8/03 (*altera o DL n.º 187/2007 e o DL n.º 8/2015*)

Portaria n.º 67/2016, de 1/4 (*Idade normal de acesso à pensão de velhice em 2017 e Fator de Sustentabilidade – Revoga Portaria n.º 277/2014 – Revogada*)

Lei n.º 7-A/2016, de 30/3 (*Lei do Orçamento de Estado para 2016*)

Lei n.º 42/2016, de 28/12 (*Lei do Orçamento de Estado para 2017*)

Portaria n.º 99/2017, de 7/3 (*Idade normal de acesso à pensão de velhice em 2018 e Fator de Sustentabilidade – Revoga Portaria n.º 67/2016*)

Decreto-Lei n.º 86-B/2016, de 29/12 (*Retribuição mínima garantida a partir de 2017 - € 557*)

Decreto-Lei n.º 126-B/2017, de 6/10 (*Regime especial de acesso antecipado à pensão de velhice no regime convergente e geral – altera o Estatuto de Aposentação e outros diplomas*)

Portaria n.º 25/2018, de 18/01 (*Idade normal de acesso à pensão de velhice em 2019 e Fator de Sustentabilidade – Revoga Portaria n.º 99/2017*)

Desemprego

Decreto-Lei n.º 220/2006 (*Proteção no desemprego*)  
Portaria n.º 8-B/2007, de 3/01 (*Normas de execução para aplicação do regime de proteção no desemprego – DL 220/2006*)  
Decreto-Lei n.º 68/2009, de 20/03 (*altera o DL n.º 220/2006 – desempregados de longa duração*)  
Decreto-Lei n.º 70/2010, de 16/06 (*Regras para determinação dos rendimentos a ter em conta para atribuição do subsídio de desemprego*)  
Decreto-Lei n.º 72/2010, de 18/06 (*altera e republica o DL n.º 220/2006 e introduz medidas de combate à fraude na atribuição de prestações sociais*)  
Decreto-Lei n.º 64/2012, de 15/03 (*altera o DL n.º 220/2006*)  
Decreto-Lei n.º 65/2012, de 15/03 (*Regime jurídico de proteção social na eventualidade de desemprego dos trabalhadores que se encontrem enquadrados no regime dos trabalhadores independentes e que prestam serviços maioritariamente a uma entidade contratante*)  
Declaração de Retificação n.º 23/2012, de 11/05 (*Retifica o DL n.º 64/2012*)  
Portaria n.º 207/2012, de 6/07 (*cria a medida: Incentivo à Aceitação de Ofertas de Emprego*)  
Decreto-Lei n.º 13/2013, de 25/01 (*altera o DL n.º 220/2006 – Subsídio de Desemprego*)  
Portaria n.º 204-A/2013, de 18/06 (*cria a medida de apoio à contratação de desempregados via reembolso da taxa social única*)  
Lei n.º 34/2016, de 24/08 (*Elimina a obrigatoriedade de apresentação quinzenal dos desempregados - altera o DL n.º 220/2006, de 3/11*)  
Declaração de Retificação n.º 19/2016, de 10/10 (*Retifica a Lei n.º 34/2016*)  
Decreto-Lei n.º 53-A/2017, de 31/05 (*altera o DL n.º 220/2006, de 3/11*)

## **ADSE**

Decreto-Lei n.º 118/83, de 25/05 (*Funcionamento e benefícios da ADSE*)  
Despacho 8738/2004, de 3/05 (*Tabelas ADSE por atos médicos*)  
Decreto-Lei n.º 234/2005, de 30/12 (*altera e republica o DL n.º 118/83*)  
*Nota: O docente pode optar por outro subsistema de saúde - A inscrição no sistema da ADSE é facultativa – o prazo é de 3 meses a contar do início de funções.*  
Decreto-Lei n.º 105/2013, de 30/07 (*altera o DL n.º 118/83 – ADSE*)  
Decreto-Lei n.º 161/2013, de 22/11 (*altera o DL n.º 118/83 – ADSE*)  
Decreto-Lei n.º 52/2014, de 7/04 – Execução do Orçamento do Estado para 2014 (*Descontos para os sistemas de benefícios de saúde*)  
Lei n.º 30/2014, de 19/05 (*altera o DL n.º 118/83 – ADSE*)  
Decreto-Lei n.º 25/2017, de 3/03 – art.º 31º - Normas de execução do Orçamento do Estado para 2017 (*Os descontos para a ADSE são obrigatórios mesmo quando não haja prestação de trabalho por ocorrência das eventualidades de Doença, Maternidade, Paternidade e Adoção, Desemprego, Acidentes de trabalho e doenças profissionais, Invalidez e Velhice*)  
Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15/5 (*Execução do Orçamento de Estado para 2018 – altera DL n.º 118/83*)

## **EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E 1º CICLO**

Decreto-Lei n.º 542/79, de 31/12 (*Estatuto dos Jardins de Infância*)  
Despacho n.º 52/80, de 12/06  
Portaria n.º 18/91, de 09/01  
Lei n.º 5/97, de 10/02 (*Lei Quadro da educação Pré-Escolar*)  
Decreto-Lei n.º 147/97, de 11/06 (*Regulamentação da Lei Quadro*)  
Portaria n.º 583/97, de 1/08  
Despacho Conjunto n.º 258/97, de 21/08  
Despacho Conjunto n.º 268/97, de 25/08  
Despacho Conjunto n.º 291/97, de 4/09  
Despacho n.º 5220/97, de 04/08  
Despacho n.º 10319/99, de 26/05  
Despacho Normativo n.º 24/2000, de 11/05  
Lei n.º 5/2001, de 02/05  
Lei n.º 92/2001, de 20/08  
Decreto-Lei n.º 240/2001, de 30/08  
Decreto-Lei n.º 241/2001, de 30/08  
Despacho n.º 19310/2002, de 30/08  
Despacho Conjunto n.º 68/2004, de 09/02  
Despacho n.º 6568/2004, de 01/04

Despacho n.º 8493/2004, de 27/04  
Despacho n.º 22251/2005, de 20/10  
Despacho Conjunto n.º 812/2005, de 24/10  
Retificação n.º 1918/2005, de 24/11  
Despacho Conjunto n.º 1074/2005, de 16/12  
Lei n.º 59/2005, de 29/12 (*altera a lei n.º 5/2001*)  
Despacho conjunto n.º 195/2006, de 17/02 (*envolvimento das autarquias locais no programa de expansão e desenvolvimento da educação pré-escolar*)  
Despacho n.º 12591/2006, de 19/06 (*atividades extra-curriculares*)  
Despacho n.º 19575/2006, de 25/09 (*tempos mínimos para lecionação do 1º Ciclo*)  
Despacho n.º 2143/2007, de 9/02 (*Programa de formação em ensino experimental das ciências para professores do 1º ciclo*)  
Despacho n.º 546/2007, de 11/01 (*Programa nacional do ensino do português no 1º Ciclo*)  
Despacho n.º 14460/2008, de 26 de Maio (*Regulamenta as atividades de enriquecimento curricular*)  
Despacho n.º 29398/2008, de 14/11 (*Regula a língua portuguesa no 1º ciclo - Despacho n.º 546/2007*)  
Despacho n.º 701/2009, de 9/01 (*Regula o programa de formação em ensino experimental das ciências para professores do 1º ciclo – Despacho n.º 2143/2007*)  
Lei n.º 85/2009, de 27/08 (*Estabelece o regime da escolaridade obrigatória para as crianças e jovens que se encontram em idade escolar e consagra a universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos 5 anos de idade*)  
Despacho n.º 8683/2011, de 28/06 (*altera e republica o Despacho n.º 14460/2008 - atividades de enriquecimento curricular*)  
Despacho n.º 9265-B/2013, de 15/07 (*Regulamenta as atividades de enriquecimento curricular e atividades de animação e de apoio à família – Revoga os despachos n.ºs 14460/2008 e 8683/2011*)  
Lei n.º 65/2015, de 3/07 (*altera a Lei n.º 85/2009*)  
Portaria n.º 644-A/2015, de 24/08 (*atividades de animação e apoio à família e atividades de enriquecimento curricular – revoga o Despacho n.º 9265-B/2013*)  
Resolução da Assembleia da República n.º 9/2017, de 26/01 (*Recomenda ao Governo a uniformização do calendário escolar do ensino pré-escolar e do ensino básico.*)  
Resolução da Assembleia da República n.º 88/2017, de 23/05 (*Recomenda ao Governo que dê cumprimento à Lei n.º 65/2015 alargando a universalidade da educação pré-escolar às crianças com 3 anos de idade*)  
Resolução da Assembleia da República n.º 89/2017, de 23/05 (*Recomenda ao Governo que estabeleça a universalidade da educação pré-escolar para as crianças com 3 anos de idade*)

## **ENSINO ARTÍSTICO**

Decreto-Lei n.º 310/83, de 01/07  
Decreto-Lei n.º 344/90, de 02/10  
Portaria n.º 1550/2002, de 26/12  
Portaria n.º 1551/2002, de 26/12  
Portaria n.º 1552/2002, de 26/12  
Despacho n.º 73/2003, de 03/01  
Despacho n.º 10288/2003, de 23/05  
Despacho n.º 4524/2004, de 05/03  
Portaria n.º 550-B/2004, de 21/05 (*Cursos Artísticos no nível Secundário - Revogado pela Portaria n.º 243-A/2012*)  
Portaria n.º 554/04, de 22/05 (*Cria os cursos de Design de Comunicação, Design de Produto, Produção Artística e Comunicação Audiovisual e aprova os respetivos planos de estudo - Revogado pela Portaria n.º 243-A/2012*)  
Portaria n.º 836/2004, de 16/07  
Despacho n.º 19662/2004, de 18/09  
Portaria n.º 45/2005, de 18/01 (*Revogado pela Portaria n.º 243-B/2012*)  
Despacho n.º 5928/2005, de 18/03  
Despacho n.º 4563/2007, de 13/03 (*estabelecimentos de ensino particular e cooperativo não dotados de autonomia pedagógica que se encontram institucionalmente vinculados a um estabelecimento de ensino público*)  
Despacho n.º 4694/2007, de 14/03 (*define a concessão e renovação da autonomia ou paralelismo pedagógico às escolas particulares e cooperativas de música, dança e artes plásticas*)  
Decreto-Lei n.º 4/2008, de 7/01 (*cursos artísticos especializados*)  
Decreto-Lei n.º 69/2009, de 20/03 (*Regime de integração nos quadros dos docentes contratados em exercício efetivo de funções no ensino da música e da dança*)

Portaria n.º 551/2009, de 26/05 (*Cria lugares nos quadros de vários estabelecimentos de ensino público do ensino especializado em música e da dança, no seguimento da Portaria 6/2009*)  
Portaria n.º 649/2009, de 9/06 (*3ª alteração à Portaria n.º 550-B/2004*)  
Portaria n.º 691/2009, de 26/06 (*Cria os cursos básicos de dança, música e canto gregoriano e aprova os respetivos planos de estudos – Revogado pela Portaria 225/2012*)  
Portaria n.º 942/2009, de 21/08 (*Regula o recrutamento de pessoal docente para grupos, subgrupos e disciplinas de formação artística do ensino artístico especializado da Música e da Dança, por parte dos estabelecimentos de ensino públicos legalmente competentes para o efeito*)  
Portaria n.º 264/2010, de 10/05 (*aplica as normas de avaliação definidas pela Portaria n.º 691/2009 aos alunos que concluíam os cursos básicos do ensino artístico especializado nas áreas da música e da dança, a partir do ano letivo de 2009-2010*)  
Portaria n.º 36/2011, de 13/01 (*Nível de qualificação dos cursos de Dança, Música e Canto Gregoriano previstos na Portaria n.º 691/2009 – Revogado pela Portaria 225/2012*)  
Portaria n.º 267/2011, de 15/09 (*altera e republica Portaria 691/2009*)  
Portaria n.º 193-A/2012, de 19/06 (*Primeira alteração à Portaria n.º 554/2004, de 22/05, que criou os cursos de Design de Comunicação, Design de Produto, Produção Artística e Comunicação Audiovisual e aprova os respetivos planos de estudo - Revogado pela Portaria n.º 243-A/2012*)  
Portaria n.º 225/2012, de 30/07 (*Cursos de Música, Dança e Canto Gregoriano dos 2º e 3º ciclos, respetivos planos de estudos, funcionamento e avaliação de aprendizagens*)  
Portaria n.º 243-A/2012, de 13/08 (*cria e regula, no âmbito de ensino secundário, os cursos de Design de Comunicação, Design de Produto e Produção Artística, na área de artes visuais, e do curso de Comunicação Audiovisual, na área de audiovisuais*)  
Portaria n.º 243-B/2012, de 13/08 (*Cria os cursos secundários de Música, Dança e Canto Gregoriano, respetivos planos de estudos, funcionamento e avaliação de aprendizagens*)  
Declaração de Retificação n.º 55/2012, de 28/09 (*retifica a P 225/2012*)  
Declaração de Retificação n.º 58/2012, de 12/10 (*retifica a P 243-B /2012*)  
Declaração de Retificação n.º 59/2012, de 12/10 (*retifica a P 243-A/2012*)  
Portaria n.º 419-A/2012, de 20/12 (*altera a Portaria n.º 243-A/2012*)  
Portaria n.º 419-B/2012, de 20/12 (*altera a Portaria n.º 243-B/2012*)  
Portaria n.º 257/2013, de 6/05 (*número de vagas de cada um dos estabelecimentos públicos do ensino artístico especializado de música e dança, a preencher pelo concurso externo e interno, no ano escolar de 2013/2014, regulados pela Portaria n.º 942/2009*)  
Portaria n.º 59-A/2014, de 7/03 (*2ª alteração à Portaria n.º 243-A/2012*)  
Portaria n.º 59-B/2014, de 7/03 (*2ª alteração à Portaria n.º 243-B/2012*)  
Despacho n.º 104/2015, de 6/01 (*Profissionalização em serviço*)  
Portaria n.º 165-A/2015, de 3/06 (*3ª alteração às Portarias n.ºs 243-A/2012 e 243-B/2012*)  
Despacho n.º 12166/2015, de 29/10 (*Dispensa de Profissionalização*)  
Decreto-Lei n.º 15/2018, de 7/03 (*Aprova o regime de seleção e recrutamento dos docentes do ensino artístico especializado da música e da dança*)

## **ENSINO SECUNDÁRIO**

Portaria n.º 550-A/2004, de 21/05 (*Cursos Tecnológicos*)  
Portaria n.º 550-B/2004, de 21/05 (*Cursos Artísticos*)  
Portaria n.º 550-C/2004, de 21/05 (*Cursos Profissionais - Revogado pela Portaria n.º 74-A/2013*)  
Portaria n.º 550-D/2004, de 21/05 (*Organização do Currículo, Avaliação e Certificação das Aprendizagens – Revogado pela Portaria n.º 243/2012*)  
Portaria n.º 550-E/2004, de 21/05 (*Plano de Estudos do Ensino Recorrente – Revogado pela Portaria n.º 242/2012*)  
Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23/05 (*regula os cursos de especialização tecnológica, formações pós-secundárias não superiores que visam conferir a qualificação profissional de nível 4*)  
Despacho n.º 15932/2006, de 28/07 (*ensino recorrente por módulos, a nível do secundário*)  
Despacho n.º 16078-A/2006, de 02/08 (*exames de Química e Física*)  
Portaria n.º 780/2006, de 9/08 (*altera Portaria n.º 550-B/2004*)  
Portaria n.º 176/2007, de 09/02 (*atribuição de um subsídio anual às associações de estudantes do ensino secundário das escolas públicas e particulares*)  
Despacho Normativo n.º 36/2007, de 08/10 (*Regime de permeabilidade e equivalência entre disciplinas – processo de reorientação do percurso formativo dos alunos do ensino secundário*)  
Despacho n.º 26007/2007, de 14/11 (*prorrogação do prazo do nº 8 do Despacho nº 24380/2003, de 18/12, para a conclusão do respetivo plano de estudo dos alunos do sistema das unidades capitalizáveis*)



Despacho Normativo n.º 1/2008, de 8/01 (*equivalência entre disciplinas e áreas de formação do ensino Secundário Recorrente por módulos capitalizáveis e do plano de estudo de cursos de nível secundário*)  
Despacho n.º 6260/2008, de 5/03 (*exames para a conclusão do Secundário*)  
Despacho Normativo n.º 29/2008, de 5/06 (*alteração ao Despacho Normativo n.º 36/2007*)  
Despacho n.º 15642/2008, de 5/06 (*modelos de diplomas e certificação da conclusão do nível secundário de educação*)  
Portaria n.º 414/2008, de 9/06 (*altera Portaria 550-B/2004*)  
Despacho Normativo n.º 29/2008, de 5/06 (*altera o Despacho Normativo n.º 36/2007*)  
Despacho n.º 15642/2008, de 5/06 (*Modelos de diplomas e certificação de conclusão do nível secundário de educação, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 357/2007, de 29/10*)  
Portaria n.º 56/2010, de 21/01 (*altera a Portaria n.º 550-D/2004 - Organização do Currículo, Avaliação e Certificação das Aprendizagens do ensino secundário*)  
Portaria n.º 244/2011, de 21/06 (*altera e republica a Portaria n.º 550-D/2004*)  
Portaria n.º 91/2012, de 30/03 (*altera Portaria n.º 550-E/2004*)  
Portaria n.º 105/2012, de 17/04 (*altera Portaria n.º 550-D/2004*)  
Declaração de Retificação n.º 24/2012, de 11/05 (*retifica a Portaria n.º 91/2012*)  
Portaria n.º 242/2012, de 10/08 (*regime de organização e funcionamento dos cursos científico-humanísticos de nível secundário de educação, na modalidade de ensino recorrente*)  
Portaria n.º 243/2012, de 10/08 (*regime de organização e funcionamento dos cursos científico-humanísticos de Ciências e Tecnologias, de Ciências Socioeconómicas, de Línguas e Humanidades e Artes Visuais – Revoga Portaria n.º 550-D/2004*)  
Declaração de Retificação n.º 51/2012, de 21/09 (*retifica a Portaria n.º 243/2012*)  
Portaria n.º 276/2013, de 23/08 (*experiência piloto de cursos vocacionais de nível secundário a partir do ano letivo 2013/2014 – Revogado pela Portaria n.º 341/2015*)  
Portaria n.º 165-A/2015, de 3 de junho (*altera a Portaria n.º 276/2013*)  
Portaria n.º 304-B/2015, de 22/09 (*altera a Portaria n.º 243/2012*)  
Portaria n.º 341/2015, de 9/10 (*normas de organização, funcionamento, avaliação e certificação da oferta formativa de cursos vocacionais de nível Básico e Secundário nas escolas públicas e privadas sob a tutela do ME, sem prejuízo de ofertas que outras entidades possam vir a desenvolver – Revoga Portarias n.ºs 292-A/2012 e 276/2013*)

## **ENSINO PROFISSIONAL**

Decreto-Lei n.º 4/98, de 8/01 (*estabelece o regime jurídico das escolas profissionais – alterado pelos Decretos-Lei n.ºs 74/2004 e 54/2006 – Revogado pelo Decreto-Lei n.º 92/2014*)  
Portaria n.º 550-C/2004, de 21/05 (*Cursos Profissionais – Revogado pela Portaria n.º 74-A/2013*)  
Despacho n.º 14758/2004, de 23/07 (*define, de acordo com o art.º 38º da Portaria n.º 550-C/2004, as condições essenciais para o funcionamento dos cursos profissionais do nível secundário de educação criados de acordo com o DL n.º 74/2004*)  
Portaria n.º 176/2011, de 28/04 (*Cria o curso profissional de técnico de apoio à gestão desportiva*)  
Decreto-Lei n.º 150/2012, de 12/07 (*altera o DL n.º 4/98*)  
Despacho n.º 9815-A/2012, de 19/07 (*altera Despacho n.º 14758/2004*)  
Portaria n.º 74-A/2013, de 15/02 (*organização, funcionamento, avaliação e certificação dos cursos profissionais – Revoga a P 550-C/2004 – Nota: as portarias de criação dos cursos profissionais regulados pela P 550-C/2004, com as alterações introduzidas pela P 797/2006, mantêm a sua vigência até à entrada em vigor do quadro normativo decorrente da revisão das modalidades de ensino profissionalizante para jovens*)  
Portaria n.º 135-A/2013, de 28/03 (*regula a criação e o regime de organização e funcionamento dos Centros para a Qualificação e o Ensino Profissional – CQEP – Revogada pela Portaria n.º 232/2016, de 29/08*)  
Portaria n.º 59-C/2014, de 7/03 (*altera a Portaria n.º 74-A/2013*)  
Decreto-Lei n.º 43/2014, de 18/03 (*procede à criação e regulamentação de um ciclo de estudos superiores não conferente de grau académico – confere o diploma de técnico superior profissional – aplica-se a todas as instituições de ensino superior politécnico*)  
Decreto-Lei n.º 92/2014, de 20/06 (*Regime jurídico das escolas profissionais privadas e públicas, no âmbito do ensino não superior – Revoga DL n.º 4/98*)  
Portaria n.º 165-B/2015, de 3/06 (*2ª alteração à Portaria n.º 74-A/2013*)  
Despacho n.º 8861-A/2015 (*Estabelece as regras de atribuição do crédito horário semanal destinado ao funcionamento dos Centros para a Qualificação e o Ensino Profissional - Revogado*)  
Portaria n.º 232/2016, de 29/08 (*Regula o regime de organização e funcionamento dos Centros Qualifica – Revoga Portaria n.º Portaria n.º 135-A/2013*)

Decreto-Lei n.º 14/2017, de 26/01 (*altera e republica o Regime Jurídico do Sistema Nacional de Qualificações – DL n.º 396/2007*)

Despacho n.º 6261-B/2017, de 17/07 (*Regras de atribuição do crédito semanal destinado aos centros especializados em qualificação de adultos – Centros Qualifica – Revoga Despacho n.º 8861-A/2015*)

## **ENSINO PARTICULAR E COOPERATIVO**

Lei n.º 9/79, de 19/03 (*Lei de Bases do Ensino particular e cooperativo*)

Decreto-Lei n.º 553/80, de 21/11 (*Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo*)

Decreto-Lei n.º 169/85, de 20/05 (*contagem do tempo de serviço docente*)

Decreto-Lei n.º 17/88, de 21/01 (*Inscrição obrigatória na CGA*)

Decreto-Lei n.º 321/88, de 22/09

Decreto-Lei n.º 484/88, de 29/12

Decreto-Lei n.º 179/90, de 05/06 (*mantém a obrigatoriedade de o pessoal docente dos estabelecimentos de ensino não superior particular e cooperativo continuar inscrito como beneficiário, sendo os descontos da responsabilidade dos estabelecimentos de ensino*)

Despacho n.º 22149/2002, de 15/10

CCT - BTE n.º 30, de 15/08/2004

CCT - BTE n.º 33, de 08/09/2004

CCT - BTE n.º 37, de 08/10/2004

CCT - BTE n.º 4, de 29/01/2005

CCT - BTE n.º 9, de 08/03/2005

CCT - BTE n.º 16, de 29/04/2006

CCT - BTE n.º 18, de 15/05/2006

CCT - BTE n.º 11, de 22/03/2007 (*CCT entre a AEEP e o SPLIU*)

CCT – BTE n.º 10, de 15/03/2008 (*CCT entre a AEEP e o SPLIU – Tabelas salariais e cláusulas de expressão pecuniária*)

CCT – BTE n.º 8, de 28/02/2009 (*CCT entre a AEEP e o SPLIU – Tabelas salariais e cláusulas de expressão pecuniária*)

Portaria n.º 25/2010, de 11/01 (*extensão dos efeitos do CCT entre a AEEP e o SPLIU*)

Portaria n.º 462/2010, de 1/07 (*extensão dos efeitos do CCT entre a AEEP e o SPLIU aos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo não superior não filiados na AEEP – atualmente em fase de contencioso*)

Decreto-Lei n.º 138-C/2010, de 28/12 (*altera o Decreto-Lei n.º 553/80 que aprovou o Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo*)

Portaria n.º 1324-A/2010, de 29/12 (*Regras do financiamento público dos estabelecimentos do ensino particular e cooperativo com contrato de associação*)

Portaria n.º 150/2011, de 8/04 (*Aprova a minuta dos contratos de associação a celebrar entre o Estado e as entidades titulares de estabelecimentos do ensino particular e cooperativo*)

CCT - BTE n.º 30, de 15/08/2011 (*CCT entre a AEEP e o SPLIU – atualização das tabelas salariais*)

Portaria n.º 277/2011, de 13/10 (*altera a Portaria n.º 1324-A/2010*)

Despacho n.º 1305/2012, de 30/01 (*Paralelismo pedagógico - escolas do ensino particular e cooperativo que ministram cursos do ensino artístico especializado de Dança*)

Lei n.º 33/2012, de 23/08 (*altera o Decreto-Lei n.º 553/80 - Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo*)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 90/2012, de 31/10 (*Define os critérios mínimos a observar no procedimento para a emissão de portaria de extensão – artigos 514, n.º 2 e 515º do Código do Trabalho*)

Decreto-Lei n.º 152/2013, de 4/11 (*Aprova o Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo e, sem prejuízo do disposto no n.º 4 do art.º 6º, é Revogado o DL n.º 553/80*)

Portaria n.º 59/2014, de 7/03 (*Fixa os termos da gestão flexível do currículo, no âmbito da autonomia pedagógica das escolas particulares e cooperativas a que se refere o art.º 37º do DL n.º 152/2013*)

Portaria n.º 172-A/2015, de 5/06 (*Fixa as regras e procedimentos aplicáveis à atribuição de apoio financeiro pelo Estado a estabelecimentos de ensino particular e cooperativo de nível não superior*)

CCT - BTE n.º 4, de 29/01/2015 (*CCT entre a AEEP e o SPLIU – Revisão Global*)

Portaria n.º 224-A/2015, de 29/07 (*Regime de Concessão do apoio financeiro por parte do estado ao ensino artístico do ensino particular e cooperativo*)

CCT - BTE n.º 30, de 15/08/2015 (*CCT entre a AEEP e o SPLIU – Revisão Global*)

Portaria n.º 165/2017, de 19/05 (*altera Portaria n.º 172-A/2015, de 5/06 - Fixa as regras e procedimentos aplicáveis à atribuição de apoio financeiro pelo Estado a estabelecimentos de ensino particular e cooperativo de nível não superior*)

Portaria n.º 140/2018, de 16/05 (*altera a Portaria n.º 224-A/2015*)

## **ENSINO SUPERIOR – UNIVERSITÁRIO E POLITÉCNICO**

Decreto-Lei n.º 448/79, de 13/11 (*ECD Universitário*)

Lei n.º 19/80, de 16/06 (*altera e republica o DL n.º 448/79*)

Decreto-Lei n.º 185/81, de 01/07 (*ECD do Ensino Superior Politécnico*)

Decreto-Lei n.º 316/83, de 02/07 (*equivalência de habilitações nacionais de nível superior a disciplinas dos planos de estudos dos cursos superiores ministrados em estabelecimentos de ensino superior oficial português*)

Decreto-Lei n.º 392/86, de 22/09 (*dá nova redação ao art.º 2º do decreto-lei nº 192/85 de 24/06 e ao art.º 36º do ECD Universitário, aprovado pelo decreto-lei nº 448/79, de 13/11*)

Decreto-Lei n.º 145/87, de 24/03 (*Estabelece disposições quanto à fixação dos sistemas retributivos das carreiras docentes universitárias e docente do ensino superior politécnico – altera a Lei n.º 19/80 – dedicação exclusiva*)

Decreto-Lei n.º 69/88, de 03/03 (*introduz alterações ao decreto-lei nº 185/81, de 1/07 que aprova o ECD do ensino superior politécnico*)

Decreto-Lei n.º 147/88, de 27/04 (*altera a redação de um artigo do ECD universitário referente ao sistema remuneratório*)

Lei n.º 108/88, de 24/09 (*define a autonomia das universidades*)

Decreto-Lei n.º 412/88, de 09/11 (*equipara o exercício de funções nos Conselhos de Administração nos Hospitais ao exercício de funções na Carreira Docente Universitária*)

Decreto-Lei n.º 393/89, de 09/11 (*equipara os Diretores de Hospital e Clínicos onde tenha lugar ensino médico pré-graduado, a docentes universitários*)

Decreto-Lei n.º 16/94, de 22/01 (*aprova o estatuto do Ensino Superior Particular e Cooperativo*)

Lei n.º 38/94, de 21/11 (*avaliação do Ensino Superior*)

Decreto-Lei n.º 76/96, de 18/06 (*aumento de remuneração base mensal dos docentes do Ensino Superior e dos investigadores científicos*)

Decreto-Lei n.º 212/97, de 16/08 (*introduz alterações ao Decreto-Lei nº 185/81, de 1/07 que aprova o ECD do ensino superior politécnico*)

Lei n.º 113/97, de 16/09 (*define as bases do financiamento do Ensino Superior Público*)

Decreto-Lei n.º 252/97, de 26/09 (*adota medidas de desenvolvimento da Lei da autonomia das Universidades no plano de gestão de pessoal, orçamental e patrimonial*)

Decreto-Lei n.º 277/98, de 11/09 (*aumento de remuneração base mensal dos docentes do Ensino Superior e dos investigadores científicos*)

Decreto-Lei n.º 296-A/98, de 25/09 (*regime de acesso e ingresso no ensino superior*)

Lei n.º 157/99, de 14/09 (*1ª alteração do Decreto-Lei n.º 124/99, de 20/04, que aprova o estatuto da carreira de investigação científica*)

Decreto-Lei n.º 373/99, de 18/09 (*redação igual ao Decreto-Lei n.º 76/96, de 18/06*)

Lei n.º 1/2003, de 06/01 (*aprova o regime jurídico do desenvolvimento e da qualidade do Ensino Superior*)

Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22/02 (*princípios reguladores de instrumentos para a criação do espaço europeu de ensino superior*)

Lei n.º 49/2005, de 30/08 (*alteração à LBSE e do Financiamento do Ensino Superior*)

Decreto-Lei n.º 64/2006, de 21/03 (*frequência do ensino superior para maiores de 23 anos*)

Decreto-Lei n.º 74/2006, de 26/03 (*aprova o regime jurídico dos graus e diplomas do ensino superior em desenvolvimento do disposto nos artigos 13 a 15 da Lei n.º 46/86, de 14/10 – LBSE, bem como no disposto no n.º 4 do artigo 16º da Lei nº 37/2003, de 22/08, que estabelece as bases do financiamento do ensino superior*)

Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23/05 (*Cursos de Especialização Tecnológica*)

Despacho n.º 2352/2007, de 14/02 (*registo de adequação dos cursos que se encontram a ministrar nos estabelecimentos de ensino superior e dos graus que estão autorizados a conferir à nova organização decorrente do Processo de Bolonha*)

Decreto-Lei n.º 45/2007, de 23/02 (*acesso e ingresso ao ensino superior*)

Portaria n.º 401/2007, de 5/04 (*aprova o Regulamento dos regimes de mudança de curso, transferência e reingresso no ensino superior*)

Deliberação n.º 67/2007, de 11/07 (*provas de ingresso a realizar por estudantes titulares de um curso do ensino secundário concluído ao abrigo do Decreto-Lei nº 286/89, de 29/08 e do Decreto-Lei nº 74/2004, de 26/03*)

Lei n.º 38/2007, de 16/08 (*aprova o regime jurídico da avaliação do ensino superior*)

Decreto-Lei n.º 90/2008, de 30/05 (*altera o DL n.º 296-A/98*)

Decreto-Lei n.º 107/2008, de 25/06 (*altera os Decretos-Lei n.ºs 74/2006, de 24 de Março, 42/2005, de 22 de Fevereiro, e 67/2005, de 15 de Março, promovendo o aprofundamento do Processo de Bolonha no ensino superior, assim como uma maior simplificação e desburocratização de procedimentos no âmbito da autorização de funcionamento de cursos, introduzindo medidas que garantem maior flexibilidade no acesso à formação superior, criando o regime legal de estudante a tempo parcial, permitindo a frequência de disciplinas avulsas por estudantes e não estudantes, apoiando os diplomados estagiários e simplificando o processo de comprovação da titularidade dos graus e diplomas*)

Decreto-Lei n.º 205/2009, de 31/08 (*altera o estatuto da carreira universitária*)

Decreto-Lei n.º 207/2009, de 31/08 (*altera o Estatuto da Carreira do pessoal Docente do ensino superior Politécnico*)

Lei n.º 7/2010, de 13/05 (*altera o DL 207/2009*)

Lei n.º 8/2010, de 13/05 (*altera o DL 205/2009*)

Portaria n.º 258/2011, de 14/07 (*Regula Acesso e Ingresso no Ensino Superior Público*)

Deliberação n.º 591/2012, de 24/04 (*Utilização dos exames finais nacionais do ensino secundário como provas de ingresso – Revogado pela Deliberação n.º 890/2013*)

Aviso n.º 3423/2013, de 8/03 (*Torna pública, nos termos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do Despacho n.º 12304/2012 (2.ª série), de 20 de setembro, a atualização da tabela de emolumentos a cobrar pela Direção-Geral do Ensino Superior*)

Deliberação n.º 889/2013, de 9/04 (*Regras para a fixação de elencos das provas de ingresso*)

Deliberação n.º 890/2013, de 9/04 (*Regras para a utilização dos exames finais nacionais do ensino secundário como provas de ingresso*)

Decreto-Lei n.º 115/2013, de 7/08 (*3ª alteração ao DL n.º 74/2006 que aprova o regime jurídico dos graus e diplomas do ensino superior*)

Portaria n.º 232-A/2013, de 22/07 (*altera a Portaria n.º 401/2007*)

Portaria n.º 91/2014, de 23/04 (*Provas obrigatórias para o ingresso na licenciatura em Educação Básica, a que se refere o DL n.º 43/2007*)

Deliberação n.º 1233/2014, de 9/06 (*Utilização dos exames finais do ensino secundário como provas de ingresso – Revoga a Deliberação n.º 890/2013*)

Deliberação n.º 40/2015, de 12/01 (*Para o ingresso no 1º ciclo de estudos do curso de Educação Básica, são exigidas provas de ingresso das áreas de Português e de Matemática – produz efeitos a partir do ano letivo 2017-2018*)

Portaria n.º 285/2015, de 15/09 (*Aprova o Regulamento Técnico de Depósito de Teses e Trabalhos de Doutoramento e de Dissertações e de Trabalhos de Mestrado a que se refere o n.º 3 do art.º 50º do DL n.º 74/2006*)

Decreto-Lei n.º 45/2016, de 17/08 (*Aprova um conjunto de regras complementares do processo de transição dos docentes do ensino superior politécnico, regulado pelo DL n.º 207/2009, alterado pela Lei n.º 7/2010*)

Lei n.º 65/2017, de 9/08 (*1ª alteração ao DL n.º 45/2016*)

## **ENSINO SUPERIOR PARTICULAR E COOPERATIVO**

Decreto-Lei n.º 327/85, de 08/09 (*Permite a inscrição do pessoal docente dos estabelecimentos de ensino superior, privado ou cooperativo, na Caixa Geral de Aposentações e no Montepio dos Servidores do Estado*  
Decreto-Lei n.º 109/93, 7/04 (*estabelece o enquadramento dos docentes dos estabelecimentos do ensino superior, particular ou cooperativo, a que se refere o Decreto-Lei n.º 327/85, de 8 de Agosto, no regime geral de segurança social, por forma a garantir a manutenção da sua proteção social nas eventualidades que não integram o âmbito material da Caixa Geral de Aposentações e do Montepio dos Servidores do Estado*)

Decreto-Lei n.º 16/94, de 22/01 (*aprova o Estatuto do Ensino Superior e Cooperativo*)

Lei n.º 37/94, de 11/11 (*alteração por ratificação do Decreto-Lei nº 16/94 de 22/01*)

Portaria n.º 457-A/98, de 29/07 (*autoriza o funcionamento de um conjunto de cursos de bacharelato e de licenciatura em estabelecimentos de ensino superior particular e cooperativo, na sequência das alterações ao artigo 13 da LBSE, introduzidas pela lei nº 115/97, de 19/09*)

Decreto-Lei n.º 94/99, de 23/03 (*adita ao Estatuto do Ensino Superior e Cooperativo normas de funcionamento de Estabelecimentos e de cursos que visem conferir graus de Ensino Superior sem autorização de funcionamento prévio*)

## **I.P.S.S. - INSTITUIÇÕES PRIVADAS DE SOLIDARIEDADE SOCIAL**

Decreto-Lei n.º 119/83, de 25/02 (*Estatuto das IPSS*)

Portaria n.º 860/91, de 20/08 (*Regulamento do Registo das IPSS no âmbito do Ministério da Educação*)

Decreto-Lei n.º 152/96, de 30/08 (*Fundações de solidariedade social*)  
Portaria n.º 1102/97, de 03/11 (*Ensino Especial*)  
BTE n.º 8, de 28/02/2002  
BTE n.º 13, de 29/03/2006  
BTE n.º 14, de 15/04/2006  
BTE n.º 17, de 08/05/2006  
Portaria n.º 900/2006, de 1/09 (*Portaria de Extensão de CCT*)  
BTE n.º 47, de 22/12/2007 (*tabela de retenções mínimas*)  
BTE n.º 6, de 15/02/2008 (*alteração salarial e outras*)  
Portaria n.º 280/2010, de 24/05 (*Portaria de Extensão de CCT*)  
Decreto-Lei n.º 16/2011, de 25/01 (*Regime legal da cedência de estabelecimentos integrados do ISS à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*)  
Portaria n.º 98/2011, de 9/03 (*Uniformização das regras de concessão de apoios financeiros às IPSS e outras entidades sem fins lucrativos que desenvolvam atividades no âmbito da educação especial – Revogação da Portaria n.º 776/99, de 30/08*)  
Decreto-Lei n.º 172-A/2014, de 14/11 (*altera e republica o Estatuto das IPSS*)  
Lei n.º 76/2015, de 28/07 (*1ª alteração ao DL n.º 172-A/2014*)  
Portaria n.º 87/2016, de 14/04 (*Portaria de Extensão de CCT*)  
Portaria n.º 132/2016, de 11/05 (*Portaria de Extensão de CCT*)

### **ENSINO DE PORTUGUÊS NO ESTRANGEIRO (EPE)**

Lei n.º 13/2004, de 14/04 (*Estabelece o enquadramento jurídico do agente da cooperação portuguesa e define o respetivo estatuto jurídico*)  
Decreto-Lei n.º 165/2006, de 11/08 (*Regime Jurídico do EPE*)  
Decreto Regulamentar n.º 13/2006, de 11/08 (*Regulamenta o Concurso de Recrutamento de ensino de Português no estrangeiro*)  
Despacho n.º 18894/2006, de 18/09 (*sobre o concurso de recrutamento*)  
Despacho n.º 20025/2006, de 2/10 (*tabela de remunerações*)  
Despacho n.º 21570/2007, de 17/09 (*alteração ao Despacho n.º 18894/2006, de 18/09*)  
Despacho n.º 23411/2007, de 11/10 (*condições jurídicas dos professores de EPE*)  
Decreto-Lei n.º 30/2009, de 3/02 (*Regime jurídico aplicável ao reconhecimento, pelo Estado Português, do ensino ministrado com currículo e programas portugueses em estabelecimentos de ensino privados situados no estrangeiro*)  
Decreto-Lei n.º 165-C/2009, de 28/07 (*1ª alteração ao DL 165/2006*)  
Portaria n.º 914/2009, de 17/08 (*aprovação do quadro de referência do ensino do Português como língua estrangeira – QuaREPE*)  
Portaria n.º 1191/2010, de 19/11 (*Estruturas de Coordenação do ensino Português no Estrangeiro – alterada pela Portaria n.º 198/2017*)  
Portaria n.º 1277/2010, de 16/12 (*Regime aplicável à tramitação do procedimento concursal simplificado destinado ao recrutamento local de docentes do ensino português no estrangeiro*)  
Despacho n.º 4043/2011, de 3/03 (*Contagem do tempo de serviço*)  
Portaria n.º 232/2012, de 6/08 (*Estabelece as competências institucionais da certificação de aprendizagens da língua Portuguesa no ensino do Português no estrangeiro*)  
Portaria n.º 281/2012, de 14/09 (*docentes de carreira que exercem funções no ensino de Português no estrangeiro em regime de licença sem vencimento*)  
Decreto-Lei n.º 234/2012, de 30/10 (*altera e republica o DL n.º 165/2006 - Regime Jurídico do EPE*)  
Portaria n.º 102/2013, de 11/03 (*Estabelece o valor das taxas de frequência e das taxas pela realização de provas de certificação de aprendizagens no Ensino do Português no Estrangeiro*)  
Decreto-Lei n.º 65-A/2016, de 25/10 (*altera e republica o DL n.º 165/2006 – Regime Jurídico do EPC*)  
Resolução da Assembleia da República n.º 15/2017, de 7/02 (*Recomenda ao Governo que melhore o acesso aos cursos do Ensino de Português no Estrangeiro e promova a sua qualidade pedagógica*)  
Portaria n.º 198/2017, de 26/06 (*altera Portaria n.º 1191/2010 - Estruturas de Coordenação do ensino Português no Estrangeiro*)  
Portaria n.º 246/2017, de 3/08 (*1ª alteração à Portaria n.º 232/2012*)  
Decreto-Lei n.º 49/2018, de 21/06 (*Estabelece o regime jurídico aplicável ao pessoal dos centros portugueses da cooperação do Instituto Camões e à 1ª alteração à Lei n.º 13/2004*)

### **HABILITAÇÕES PARA A DOCÊNCIA**

Decreto-Lei n.º 344/89, de 11/10 (*ordenamento jurídico da formação dos docentes*)

Despacho Normativo n.º 32/84, de 09/02 (*Habilitação Própria e Suficiente*)  
 Despacho Normativo n.º 23/85, de 08/04 (*idem*)  
 Despacho Normativo n.º 11-A/86, de 12/02 (*idem*)  
 Despacho Normativo n.º 11-B/86, de 12/02 (*define a situação dos professores provisórios dos ensinos preparatório e secundário que se encontram a desempenhar funções em CE*)  
 Despacho Conjunto n.º 62/SERE/SEAM/89, de 02/10  
 Despacho Normativo n.º 6-A/90, de 31/01 (*Habilitações para EMRC*)  
 Despacho Conjunto n.º 17/SERE/SEAM/90, de 09/03  
 Portaria n.º 1171/93, de 09/11 (*altera o plano de estudos do curso dos professores do básico, na variedade de Educação Musical na ESE do Instituto Politécnico de Coimbra*)  
 Despacho Normativo n.º 1-A/95, de 6/11  
 Despacho Normativo n.º 52/96, de 09/12  
 Portaria n.º 1141-C/95, de 15/09  
 Despacho Normativo n.º 1-A/95, de 06/11 (*Reforma Curricular dos Ensinos Básico e Secundário*)  
 Despacho Normativo n.º 52/96, de 09/12  
 Portaria n.º 92/97, de 06/02 (*Habilitação para o Ensino da Informática*)  
 Portaria n.º 158/97, de 04/03 (*autoriza o Instituto Politécnico de Coimbra, através da ESE a conferir com o Diploma de Professor de Educação Musical do Ensino Básico e aprova o Plano de Estudos*)  
 Despacho Conjunto n.º 178/97, de 26/07 (*Habilitação para a docência de Música*)  
 Portaria n.º 56-A/98, de 05/02 (*Habilitação para Informática no Secundário*)  
 Despacho Normativo n.º 10-B/98, de 05/02 (*Regime de enquadramento dos grupos disciplinares*)  
 Declaração de Retificação n.º 5-A/98, de 26/02 (*Retifica o Regime de enquadramento dos grupos disciplinares*)  
 Portaria n.º 693/98, de 03/09 (*Habilitação para a docência de Música*)  
 Despacho Normativo n.º 1-A/99, de 20/01 (*Regime de enquadramento dos grupos disciplinares*)  
 Despacho Normativo n.º 14/99, de 12/03 (*Introdução da disciplina de Língua Espanhola no 3º Ciclo*)  
 Declaração de Retificação n.º 10-E/99, de 31/03  
 Despacho Normativo n.º 28/99, de 25/05  
 Portaria n.º 16-A/2000, de 18/01 (*Habilitação para o Ensino da Informática*)  
 Despacho Normativo n.º 3-A/2000, de 18/01 (*Habilitações Próprias e Suficientes*)  
 Declaração de Retificação n.º 3-A/2000, de 21/01  
 Despacho Conjunto n.º 395/2000, de 06/04 (*Formação profissional para a docência – Faculdade de Letras*)  
 Decreto-Lei n.º 240/2001, de 30/08 (*perfis de qualificação para a docência*)  
 Portaria n.º 192/2002, de 04/03 (*Ensino Artístico*)  
 Despacho n.º 25156/2002, de 26/11 (*Qualificação para o exercício e outras funções educativas*)  
 Portaria n.º 1415/2003, de 26/12 (*Habilitação Suficiente para a docência da disciplina de Educação Física*)  
 Despacho n.º 5620/2004, de 23/03  
 Portaria n.º 157/2005, de 08/02 (*Reconhecimento de cursos de Ensino Superior Universitário e Politécnico como Habilitação Própria*)  
 Portaria n.º 247/2005, de 09/03 (*Reconhecimento de cursos de Ensino Superior Universitário e Politécnico como Habilitação para a docência de Música e Dança*)  
 Portaria n.º 431/2005, de 18/04 (*Reconhecimento de cursos de Ensino Superior Universitário e Politécnico como Habilitação para a docência de Música*)  
 Portaria n.º 435/2005, de 21/04 (*Ensino Artístico*)  
 Portaria n.º 436/2005, de 21/04 (*Ensino de Música*)  
 Portaria n.º 451/2005, de 29/04  
 Portaria n.º 452/2005, de 29/04  
 Portaria n.º 463/2005, de 03/05 (*Ensino de Música*)  
 Portaria n.º 469/2005, de 05/05 (*Ensino de Música*)  
 Portaria n.º 88/2006, de 24/01 (*Novos cursos do Ensino Superior reconhecidos como habilitação própria para a docência*)  
 Portaria n.º 263/2006, de 16/03  
 Decreto-Lei n.º 27/2006, de 10/02 (*cria e define os grupos de recrutamento*)  
 Decreto-Lei n.º 43/2007, de 22/02 (*estabelece o regime jurídico da habilitação profissional para a docência na educação pré-escolar e nos ensinos básicos e Secundário*)  
 Portaria n.º 254/2007, de 9/03 (*reconhecimento de cursos do Ensino Superior, Universitário ou Politécnico como habilitação própria para a docência no âmbito do ensino não superior*)  
 Portaria n.º 803/2007, de 24/07 (*cursos reconhecidos como habilitação para a docência nos grupos e subgrupos do ensino vocacional da música*)  
 Despacho n.º 16996/2007, de 2/08 (*reconhecimento para efeitos de concurso de habilitação profissional da Universidade de Évora*)

Despacho n.º 17180/2007, de 3/08 (*reconhecimento, para efeitos de concurso, a habilitação ao nível do 2º Ciclo do ensino básico e no grupo em que foi realizada a prática pedagógica supervisionada aos docentes detentores do curso de Formação Educacional, criado pelos Despachos n.º 20249/2006, de 10/10 e 15951/2004, de 6/08*)

Portaria n.º 212/2009, de 23/02 (*Habilitações profissionais para a docência dos grupos de recrutamento de Educação Especial*)

Declaração de Retificação n.º 25/2009, de 13/04 (*retifica a Portaria n.º 303/2009*)

Decreto-Lei n.º 220/2009, de 8/09 (*regime jurídico da habilitação profissional para a docência nos domínios não abrangidos pelo DL n.º 43/2007*)

Despacho n.º 15321/2010, de 11/10 (*habilitação profissional do curso de pós-graduação de especialização de Ensino da Informática e Ensino da Economia e Contabilidade ministrados pelo Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, até ao final do ano letivo 2009-2010*)

Portaria n.º 1189/2010, de 17/11 (*Domínios de habilitação para a docência*)

Portaria n.º 141/2011, de 5/04 (*revogou a Portaria n.º 303/2009, de 24/03, que introduziu medidas excecionais para suprir a carência de pessoal docente com habilitação profissional para o grupo 350 – Espanhol*)

Decreto-Lei n.º 79/2014, de 14/05 (*Regime jurídico da habilitação profissional para a docência – Revoga o DL n.º 43/2007, o DL n.º 220/2009 e a Portaria n.º 1189/2010*)

Despacho n.º 6809/2014, de 23/05 (*Habilitação profissional para a docência da disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica*)

Declaração de Retificação n.º 32/2014, de 27/06 (*Retifica o Decreto-Lei n.º 79/2014 de 14 de maio, do Ministério da Educação e Ciência que aprova o regime jurídico da habilitação profissional para a docência na educação pré escolar e nos ensinos básico e secundário, publicado no Diário da República n.º 92, 1.ª série, de 14 de maio*)

Decreto-Lei n.º 176/2014, de 12/12 (*introduz a disciplina de inglês no currículo, como disciplina obrigatória a partir do 3º ano de escolaridade, bem como à definição da habilitação profissional para lecionar inglês no 1º ciclo e à criação de um novo grupo de recrutamento – altera DL n.º 79/2014*)

Portaria n.º 260-A/2014, de 15/12 (*Regula a aquisição de qualificação profissional para a docência no grupo de recrutamento 120 e os níveis de proficiência linguística em Inglês do 3º ao 12º ano nos ensinos básico e secundário – vigora exclusivamente nos anos letivos de 2014-2015 e 2015-2016*)

Despacho n.º 2384-A/2015, de 6/03 (*regulamenta o processo de certificação da qualificação profissional para a docência no grupo de recrutamento 120 – Inglês do 1.º ciclo do ensino básico e o modo de apuramento da duração da experiência de ensino de Inglês no 1.º ciclo do ensino básico adquirida no âmbito da Oferta Complementar ou das Atividades de Enriquecimento do Currículo, previstas no Decreto-Lei n.º 139/2012,*

*de 5 de julho, na sua redação atual*)

Portaria n.º 197/2017, de 23/06 (*Repristina e altera a Portaria n.º 260-A/2014 e altera o Despacho n.º 2384-A/2015*)

Decreto-Lei n.º 16/2018, de 7/03 (*cria o grupo de recrutamento da língua gestual portuguesa – LGP – 2ª alteração ao DL n.º 27/2006 e 2ª alteração ao DL 79/2014*)

## **RECONHECIMENTO DE HABILITAÇÕES CONFERIDAS POR DIPLOMAS ESTRANGEIROS**

Decreto-Lei n.º 283/83, de 21/06 (*Regula as equivalências de habilitações estrangeiras de nível superior às correspondentes habilitações portuguesas*)

Despacho n.º 21703/2006, de 25/10 (*Realização de uma prova do domínio da língua portuguesa por candidatos à docência na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário*)

Decreto-Lei n.º 341/2007, de 12/11 (*Regime jurídico do reconhecimento de graus académicos superiores estrangeiros – altera DL n.º 283/83*)

Portaria n.º 29/2008, de 10/01 (*Regulamento do processo de registo de diplomas estrangeiros ao abrigo do DL n.º 341/2007*)

Deliberação n.º 2429/2008, de 9/09 (*Reconhecimento do grau de Doutor atribuído nos estados da União Europeia*)

Deliberação n.º 2430/2008, de 9/09 (*Reconhecimento do grau de Mestre atribuído nos estados da União Europeia*)

Portaria n.º 967/2009, de 25/08 (*reconhecimento das qualificações dos educadores de infância e professores do ensino básico e secundário*)

Despacho n.º 22238/2009, de 7/10 (*regulamento da prova do domínio da língua portuguesa por candidatos à docência na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário*)

## **ESTATUTO DISCIPLINAR**

Lei n.º 58/2008, de 9/09

Lei n.º 35/2014, de 20/06 (*Aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas – Revoga a Lei n.º 58/2008*)

## **DIREITOS SINDICAIS / GREVE**

Lei n.º 59/2008, de 11/09 (*aprova o regime do contrato de trabalho em funções públicas e o respetivo Regulamento – Associações Sindicais art.º 308º e segs. - Greve art.º 392º e segs.*)

Decreto-Lei n.º 312/2008, de 10/11 (*Equiparação das confederações sindicais e de empregadores a pessoas coletivas de utilidade pública*)

Portaria n.º 1172/2009, de 6/10 (*atos das entidades representativas dos trabalhadores e empregadores – entrega eletrónica*)

Lei n.º 35/2014, de 20/06 (*Aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas – Revoga a Lei n.º 59/2008*)

## **DIVERSOS**

Despacho Normativo n.º 7/2006, de 6/02 (*Domínio da língua portuguesa como língua não materna aplicável aos alunos dos 3 primeiros ciclos do ensino básico*)

Portaria n.º 731/2009, de 7/07 (*cria o sistema de formação e certificação de competências TIC – tecnologias de informação e comunicação*)

Lei n.º 60/2009, de 6/08 (*educação sexual em meio escolar*)

Despacho n.º 21667/2009, de 28/09 (*cria as equipas multidisciplinares do Gabinete Coordenador da Segurança Escolar – GCSE*)

Portaria n.º 196-A/2010, de 9/04 (*regulamenta a Lei 60/2009 - educação sexual em meio escolar*)

Portaria n.º 1262/2009, de 15/10 (*cria cursos de Português para falantes (adultos) de outras línguas*)

Portaria n.º 812/2010, de 26/08 (*Procede à extinção da Escola Móvel, criada pela Portaria n.º 835/2009, de 31/07, e define os procedimentos de transição*)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 8/2011, de 25/01 (*aplicação do acordo ortográfico ao ensino e aos manuais escolares a partir do ano letivo 2011-2012*)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/2011, de 8/02 (*Lançamento do Programa: e.escola 2.0 – acesso às tecnologias de informação para os alunos*)

Portaria n.º 161/2011, de 18/04 (*Ajuda comunitária destinada à distribuição de leite nas Escolas*)

Portaria n.º 233/2011, de 15/06 (*altera Portaria n.º 161/2011 - distribuição de leite nas Escolas*)

Despacho Normativo n.º 12/2011, de 22/08 (*altera Despacho Normativo n.º 7/2006 - Domínio da língua portuguesa como língua não materna aplicável aos alunos dos 3 primeiros ciclos do ensino básico*)

Portaria n.º 262/2011, de 31/08 (*Condições de instalação e funcionamento das creches*)

Portaria n.º 283/2011, de 24/10 (*Regime Jurídico dos Cursos de Educação e Formação de Adultos – EFAs – alterou e republicou a Portaria n.º 230/2008, de 7/03*)

Despacho n.º 13346/2012, de 11/10 (*Cria e regula os termos do de atribuição do Prémio de Escola*)

Portaria n.º 333/2012, de 22/10 (*Programa Escola Voluntária*)

Portaria n.º 411/2012, de 14/12 (*altera Portaria n.º 262/2011 - Condições de instalação e funcionamento das creches*)

Decreto-Lei n.º 70/2013, de 23/05 (*regime da disciplina de educação moral e religiosa católicas*)

Portaria n.º 332-A/2013, de 11/11 (*Regulamenta o programa de rescisões por mútuo acordo de docentes*)

Portaria n.º 321/2013, de 28/10 (*altera e republica a Portaria n.º 731/2009 - sistema de formação e certificação de competências TIC*)

Portaria n.º 85/2014, de 25/04 (*Regulamenta a modalidade de oferta educativa e formativa de Ensino à Distância para os alunos dos 2º e 3º ciclos e Revoga a Portaria n.º 812/2010*)

Despacho n.º 5946/2014, de 7/05 (*designa a sede do ensino à distância*)

Despacho n.º 12443/2014, de 9/10 (*altera o Despacho n.º 13346/2012 – Prémio de Escola*)

Portaria n.º 251-A/2014, de 28/11 (*altera o Regulamento anexo à P 333/2012 - Programa Escola Voluntária*)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 42-B/2015, de 19/06 (*Encerramento do programa e-escola*)

Despacho n.º 8452-A/2015, de 31/07 (*Medidas de Ação Social Escolar*)

Despacho n.º 5296/2017, de 16/6 (*altera Despacho n.º 8452-A/2015 – Medidas de Ação Escolar*)

Resolução do CM n.º 48-D/2017, de 31/03 (*Plano Nacional de Leitura*)

Despacho n.º 3668-A/2017, de 28/04 (*Dever dos Agrupamentos em comunicar os alunos que não se encontrem com a vacinação obrigatória*).